Periódico
MFN 52
ex. 2

Maio/junho de 1988

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 2.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090

ISSN 0101 - 3467

SPHAN 41
*pró*Memória

CONGONHAS

O santuário da arte mineira

Palco de singular acervo cultural remanescente dos séculos XVIII e XIX, a cidade mineira de Congonhas está sendo alvo de amplo trabalho de preservação desenvolvido pela SPHAN/pró-Memória, através da sua 7ª Diretoria Regional. O objetivo principal é preservar de forma mais eficaz o patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico ali existente.
Para isso, a SPHAN/pró-Memória uniu-se à Prefeitura de Congonhas, que há muito vem se preocupando com a situação daquele acervo cultural, atualmente sob a pressão de um crescimento urbano acelerado. Esse esforço conjunto vem resultando em trabalhos de restauração de monumentos significativos e propostas de solução para problemas de uso e ocupação daquele espaço urbano.

A exemplo de vários municípios históricos mineiros, Congonhas surgiu no século XVIII durante o Ciclo do Ouro, reunindo, desde aquela época, rico acervo de bens representativos da história da arte. Poupado em seu crescimento devido à recessão econômica, conformado à sua vocação de centro de peregrinação de caráter religioso e, posteriormente, pelo turismo incipiente, o município pouco se alterou até o final da década de 50, mantendo, de forma quase natural, sua paisagem urbana primitiva.

Sucessivos tombamentos por parte da SPHAN asseguraram de início a preservação do patrimônio de Congonhas. O primeiro ocorreu em 1939 e atingiu o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, reconhecido em 1985 como Patrimônio Cultural da Humanidade e onde se encontram algumas das mais importantes obras do Aleijadinho — as esculturas dos Profetas e dos Passos da Paixão. Hoje, mais que o tombamento, outras ações são necessárias para a proteção do acervo cultural de Congonhas.



Habacuc.

Os profetas e o santuário

Executados por Antônio Francisco Lisboa, de 1800 a 1805, os Profetas, em pedra-sabão, integram, desde aquela época, o adro do Santurário do Bom Jesus de Matosinhos. A ação do tempo, no entanto, vinha interferindo no aspecto estético e estrutural do monumento que, desde 1984, vem passando por um importante processo de restauração, realizado em conjunto pela SPHAN/pró-Memória e pela Prefeitura de Congonhas, com o apoio de instituições culturais do Estado de Minas Gerais.

As primeiras vistorias realizadas por técnicos especialistas constataram que as esculturas apresentavam alguns problemas de degradação mineralógica, que se constituíam em pequenas cavidades pela dissolução dos materiais que compõem a pedra, provocada pela ação de fungos e liquens.

O processo de restauração, que teve início pela amurada do adro — também em pedra-sabão —, que serve de base aos doze Profetas, foi dividido em duas etapas. A primeira constituiu em aplicar o biocida, resultante da análise de material coletado na pedra, para combater os microrganismos de deterioração. Depois, aplicou-se água destilada e, por último, procedeu-se à limpeza dos microrganismos mortos, com pincel e escova. A segunda etapa, em andamento, é de impermeabilização parcial, atingindo os pontos — cavidades — que foram tratados.

Segundo depoimento dos responsáveis pela restauração, endossado por Guálter Monteiro, Prefeito de Congonhas, a comunidade local está totalmente favorável ao trabalho realizado, o que, na sua opinião, já se fazia necessário há algum tempo. Alguns turistas, no entanto, não entenderam por que as esculturas ainda mostram aspectos de sujeira. A explicação é que o tratamento foi dado apenas no que diz respeito aos prejuízos causados pela poluição, já que o que se vê é apenas o envelhecimento natural da pedra.

Quanto à reconstituição de partes da escultura em desfalque, como dedos e mãos, o restaurador Antônio Fer-

nando, da 7ª DR, esclarece que não é conveniente, "pois qualquer material utilizado daria uma textura diferente, fazendo com que a peça perdesse sua característica original. Intervenções desse tipo já foram realizadas e pode ser percebida a diferença".

Além da restauração dos Profetas, que teve projeto orçado em cerca de 2 milhões de cruzados — a maior parte dos recursos ficou por conta da Prefeitura local —, está sendo concluído também o restauro da portada do Santuário, bem como o restante da pedra-sabão trabalhada, que ali existe. Em seguida, será processada a imunização das 66 imagens dos Passos da Paixão — em madeira — para combater a ação dos cupins.



Habacuc.
Antebraço e mão após o trabalho de desinfecção e limpeza.

Jonas.
Antes do trabalho de desinfecção e limpeza.



Fotos: Antônio Fernando Santos

Crescimento acelerado

Situada na zona metalúrgica — rica de reservas minerais —, Congonhas passou a receber, a partir da década de 60, o impacto de um franco crescimento urbano, motivado pela implantação do parque siderúrgico. Instalaram-se no município importantes indústrias como a Açominas e a Companhia Siderúrgica Nacional — setor MG, além de uma série de pequenas e médias empresas. De aproximadamente 14 mil habitantes em 1970, a população de Congonhas saltou para mais de 25 mil em 81, chegando hoje, por estimativa, a 45 mil habitantes.

A absorção desse contingente, que representa um aumento populacional de 900% com relação ao núcleo tombado em 41, motivou significativa transformação em sua estrutura espacial, mediante o adensamento demográfico de sua área central, expansão de sua periferia e surgimento de novos bairros.



Foto: Arquivo 7ª DR (MG)

Até o final da década de 60, Congonhas manteve quase intacta sua fisionomia urbana primitiva.

Sem o amparo de uma legislação municipal de uso e ocupação do solo, esse notável crescimento se realizou de forma espontânea e desordenada, desfigurando, mutilando a fisionomia da cidade e fazendo com que grande parte de seu patrimônio cultural fosse descaracterizado ou destruído. Além de evidenciar a necessidade de legislação municipal específica, esse fato veio comprovar também a necessidade de reestudo do tombamento, tendo em vista a preservação dos bens culturais do município em sintonia com a realidade urbana de Congonhas e suas perspectivas de desenvolvimento.

Tal constatação conduziu a 7ª DR a promover a análise aprofundada da situação de Congonhas, de forma integrada com o poder público municipal, tendo em vista a implementação de diretrizes capazes de ajustar o tombamento existente à atual dinâmica da cidade e, supletivamente, oferecer à administração municipal princípios norteadores de uma legislação de uso e ocupação do seu espaço urbano.

Zoneamento

Segundo a arquiteta Suzana Leal Santana, este trabalho tem como objetivo delimitar as áreas objeto de tombamento e seus entornos, onde a preservação rígida se faz indispensável à incolumidade dos monumentos e seus bens integrados; definir áreas que exijam preservação rigorosa, a partir dos limites dos entornos tombados, visando garantir a integridade das paisagens urbana e natural protegidas, através de parâmetros para novas edificações que assegurem o não impedimento ou redução da visibilidade, além de identificar e delimitar as áreas de ambiência do conjunto tombado, subsidiando a ação municipal através da legislação de uso e ocupação do solo e sintonizando o desenvolvimento urbano do município com a política de preservação de seu patrimônio histórico e artístico.

De acordo com a arquiteta, os estudos realizados pela DR estabelecem um novo zoneamento para fins de intervenções no município, tendo cada

Com o advento da industrialização, nas últimas décadas, Congonhas experimentou um crescimento urbano desordenado, tanto no núcleo histórico quanto na periferia.

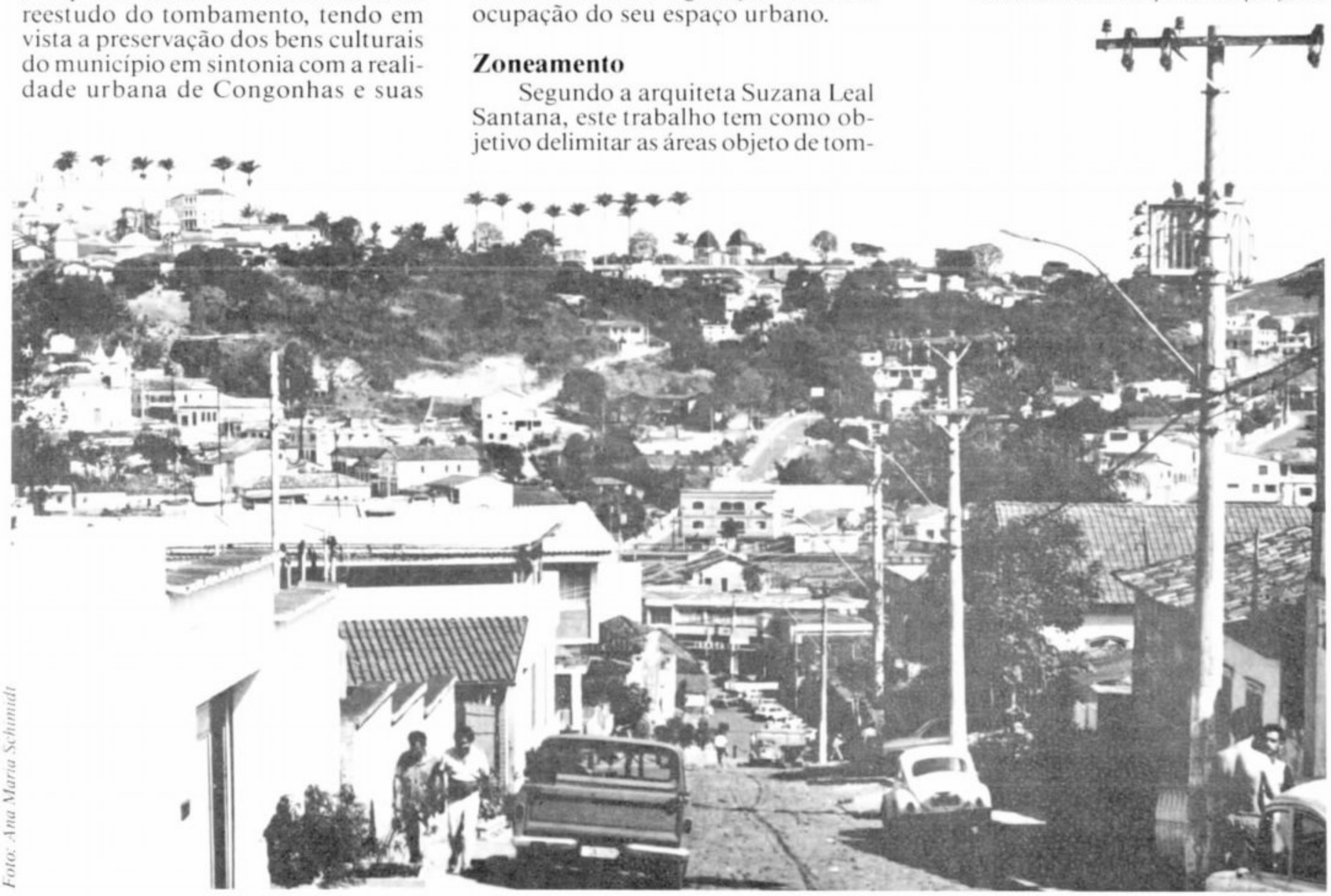


Foto: Ana Maria Schimidt

uma das novas zonas instrumentos de controle específicos no que tange à definição da volumetria máxima; afastamento, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento; definição de critérios de parcelamento; definição de incentivo à manutenção de características urbanísticas originais e definição de características urbanísticas — paisagismo, pavimentação de ruas, iluminação, placas indicativas, etc.

As zonas propostas são as de preservação principal, secundária, de preservação e revitalização, paisagem natural e integrada, paisagem urbana e integrada, e urbana central.

A zona de preservação principal compreende todas as edificações e elementos paisagísticos tombados ou a serem tombados, conjuntos arquitetônicos e espaços urbanos primitivos não descaracterizados e de valor cultural, bem como o entorno imediato de monumentos.

A secundária constitui-se das edificações ou conjuntos revestidos de importância cultural e que integram a paisagem dos monumentos tombados, e ainda logradouros mais antigos da povoação.

A zona de preservação e revitalização constitui-se de edificações situadas na Estação Ferroviária, ou no seu entorno, da época da construção da estrada de ferro.

A de paisagem natural integrada compõe-se de áreas verdes, áreas desocupadas e terrenos de topografia acidentada que integram a paisagem dos monumentos, de forma determinante e harmônica pela sua localização, distinguindo-se ainda como elementos de transição entre a ocupação atual e a antiga.

A zona de paisagem urbana e integrada refere-se às áreas cuja ocupação urbana, associada à localização e topografia, integra as ambiências dos monumentos históricos, participando de sua paisagem. A última zona, chamada de central urbana, constitui-se do núcleo urbano.

Propostas de intervenções

Segundo Suzana Leal Sartana, partindo do ponto de vista de que, para assegurar a preservação do patrimônio histórico, é necessário atribuir aos monumentos que o compõem uma função útil à sociedade, capaz de integrá-los à vida contemporânea e às demandas atuais de desenvolvimento, o plano propõe uma série de intervenções urbanas em Congonhas. A proposta abrange uma série de edificações e espaços urbanos, onde serão desenvolvidos projetos de restauração, paisagismo, recuperação e drenagem, e estudos de proteção ambiental, entre outros, tendo em vista reestruturá-los e adequá-los para um novo uso ou função, tendo como parâmetro a estrutura urbana desejável para a cidade.

São Pedro. Obra do Aleijadinho que integra o Passo da Prisão, na Matriz do Matosinhos.



Foto: Livro Aleijadinho Passos e Profetas

a fachada da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ambas em Ouro Preto, a fachada da Igreja paroquial de Tiradentes, entre outras.

Sua obra pode ser dividida em duas partes, tal qual sua vida: a primeira é constituída por um rococó alegre, leve — um trabalho que traduz uma existência saudável. A segunda, sofrida e séria, retrata toda a dor de sua doença, como os Profetas de Congonhas, que pela acentuada carga expressionista só podiam ter por autor alguém que, de certa forma, passou grande parte da vida entre o céu e o inferno.

Entre o céu e o inferno

Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nasceu em 1730 ou 1738 — não se sabe exatamente a data — numa Ouro Preto de religiosidade aguçada, que assim como toda a capitania das Minas Gerais passava por profundas mudanças econômicas e conseqüentemente sociais, decorrentes da escassez do ouro. Aleijadinho superou suas deficiências físicas e conseguiu passar para as obras que executou toda a vibração típica dos grandes artistas. Tornou-as incrivelmente cheias de vida, "donas" de olhar e gesto, e capazes de transmitir todos os sentimentos e anseios do mestre no ato da criação.

Filho do arquiteto português Manoel Francisco da Costa Lisboa e de uma escrava africana chamada Isabel, Aleijadinho sabia ler e escrever, tinha noções de latim, além de conhecimentos de desenho, arquitetura e escultura, obtidos principalmente na escola de seu pai.

Era de cor parda escura, possuía voz forte, fala arrebatada e temperamento agastado. De estatura baixa, tinha o corpo cheio e mal configurado, o rosto e a volumosa cabeça redondos, o cabelo preto e anelado, a barba cerrada, a testa larga, o nariz regular e um tanto pontiagudo, os lábios grossos, as orelhas grandes e o pescoço curto.

Antes de ficar doente, em 1777, teve um filho, ao qual deu o mesmo nome de seu pai. Dessa época em diante, doenças — provavelmente sífilis, associada a outro mal — atacaram-no de forma terrível. Antônio Francisco perdeu todos os dedos dos pés, passando então a andar de joelhos; os das mãos atrofiaram-se e, por fim, caíram, restando-lhe somente os polegares e os indicadores. As pálpebras inflamaram-se e deixavam à mostra sua parte interior. Perdeu quase todos os dentes e a boca entortou. O queixo e o lábio inferior abateram-se um pouco, fazendo com que seu olhar adquirisse expressão sinistra e feroz. Impossibilitado de andar, era carregado por escravos, usava sempre trajes fechados e só saía à noite ou de madrugada, para não ser visto. Morreu em 1814, cego e pobre.

Da sua produção artística, localizada basicamente nas cidades mineiras de Sabará, Tiradentes, Ouro Preto, Congonhas e Cachoeira do Campo, fazem parte verdadeiras preciosidades como o altar-mor e a portada da Igreja de São Francisco de Assis,



Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

Preservada a memória de Gilberto Freyre

A partir de agora a memória de Gilberto Freyre estará ainda mais protegida. No dia 2 de maio, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na sua 133ª reunião, aprovou o tombamento da Vivenda Santo Antônio de Apipucos, onde o sociólogo/antropólogo/escritor viveu por mais de três décadas e que hoje abriga a Fundação Gilberto Freyre.

Localizada à Rua Dois Irmãos, 320, no bairro de Apipucos, zona norte do Recife (PE), a Vivenda — Gilberto não gostava que a chamassem de solar — teve seu processo de tombamento iniciado com uma carta ao Ministro da Cultura, enviada pela mulher do sociólogo na condição de Presidente da Fundação. Na carta, Maria Madalena de Mello Freyre solicitou medidas para que todo o acervo cultural, científico, literário e artístico deixado por Gilberto Freyre, bem como a residência e o parque que a envolve, fossem preservados definitivamente.

A decisão de aprovar o tombamento da Vivenda de Apipucos não foi tarefa difícil para o Conselho Consultivo, do qual Gilberto Freyre fez parte durante muitos anos. Todos os estudos que instruem o processo, realizados por ténicos da SPHAN/próMemória, confirmam os pontos levantados pela família de Freyre. "A casa representa o testemunho da vida do autor e sua obra, o que constitui verdadeiro patrimônio da cultura brasileira."

A edificação, que reúne características neoclássicas e anteriores, sem preocupações estilísticas mais ortodoxas e cujo maior valor não está na concepção arquitetônica e sim na relação do prédio com a paisagem, deverá permanecer inalterada. Sofrerá apenas adaptações necessárias às atividades da Fundação Gilberto Freyre.

Algumas palavras do Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, em seu relato favorável ao tombamento, justificam a importância de se preservar a Vivenda de Apipucos: "...Ali viveu Gilberto por mais de trinta anos. Ali pensou e escreveu. Recebeu amigos e personalidades as mais ilustres. Conviveu com a família, com seus livros, seus objetos de arte, suas pitangas e o conhaque que com elas peparava. Sua casa incorporou-se à história do Recife e à vida cultural do Brasil."



Sala de jantar, enriquecida com painéis de azulejos.



Um dos pontos fortes da Vivenda de Apipucos é o vasto acervo bibliográfico...



... deixado por Gilberto Freyre e que está abrigado em dois espaços laterais,

A casa

Segundo Gilberto Freyre, "o complexo *casa* está à base do supercomplexo bissocial que constitui o ser brasileiro". Foi naquela simples vivenda do século XVIII, reformada em 1881, que Gilberto teve a sua base e viveu até falecer em julho do ano passado.

Adquirida pelos Freyre, em 1940, a casa já possuía o andar superior, provavelmente construído na reforma do século XIX. O trecho que se mostra mais antigo é o andar térreo, com 162 metros quadrados, constituído por espaços e vãos quase perfeitamente simétricos em relação a um eixo principal. Na parte central está a sala de visitas e sala de jantar. Nas laterais, biblioteca — de ambos os lados —, copa, pequeno *hall* de passagem para o anexo direito e *hall* com escada de acesso ao andar superior. Azulejos em barra, de várias procedências, enriquecem alguns espaços, enquanto se tem também painéis de azulejos portugueses do século XVIII.

O requinte dos ambientes é expresso nas barras de azulejo, provavelmente do século XIX, nos móveis, lustres, tapetes, quadros, imaginária, cerâmica e prataria, dispostos nos espaços nobres da casa.

O pavimento superior, com 102 metros quadrados, é constituído de um amplo quarto central com dois terraços laterais descobertos. Há também um anexo lateral esquerdo, com 58 metros quadrados, ligado à parte principal por um *hall* e formado por dois quartos.

O jardim do solar é cercado por um muro que contorna seus 10 mil metros quadrados. O acesso é pelo portão de ferro, tendo ao lado pilares de alvenaria que servem de base às estátuas de Júpiter e Ceres. Entre as inúmeras árvores, há uma grande escadaria que leva ao terraço descoberto, provavelmente de 1881, onde Gilberto Freyre depositou esculturas que deram maior requinte ao ambiente. Há também um banco de alvenaria, revestido de azulejos franceses. Emolduram o solar uma série de árvores e arbustos de muitas espécies e dos mais variados tamanhos, distribuindo-se ao longo do jardim. Mangueiras, palmeiras, coqueiros, bananeiras, abacateiros, jaqueiras e pitangueiras são mais freqüentes.

Além do acervo bibliográfico de 30 mil livros, entre os quais raridades como uma publicação sueca do século XVIII sobre a América do Sul, Gilberto Freyre colecionou peças de grande valor. O mobiliário, um dos pontos fortes da residência, é, em sua maioria, de jacarandá. São muitas cadeiras, camas de costas altas, armários pesados do século XIX e oratórios. Fazem parte do mobiliário, ainda, pratarias, porcelanas francesas, pinturas, entre outros tipos de peças.



... à direita e à esquerda da sala de jantar.

O homem

Nascido no Recife a 15 de março de 1900, filho do Doutor Alfredo Freyre e de Dona Francisca de Mello Freyre, Gilberto Freyre realizou seus estudos iniciais com professores particulares e com o pai. Aos dezessete anos

completou os estudos secundários em Pernambuco e seguiu para os E.U.A. Lá, bacharelou-se em Artes Liberais, especializando-se em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Baylor, fazendo em seguida seus estudos de pós-graduação na Universidade de Colúmbia. Percorreu depois a Europa, em viagens de estudos, por vários centros de cultura universitária, freqüentando cursos e conferências sobre antropologia.

Possuía os graus de Bacharel e Mestre em Ciências Políticas e Sociais e Direito Público; Doutor em Letras; e de Professor e Doutor *Honoris Causa*. Mas foi à atividade de escritor que preferiu dedicar-se mais profundamente, pois, além de considerar esta como sua verdadeira vocação, temia o que chamava de "rotina pedagógica".

Gilberto Freyre era um dos sete membros honorários da American Sociological Society e membro titular da American Philosophical Society, e pertenceu ao conselho diretor da Sociedade Marc Bloc de Paris. De 1946 a 1950 foi deputado por Pernambuco e apresentou projeto que, aprovado, criou o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, destinado a estudar as condições de vida do Norte agrário do país.

Em sua carreira de escritor, a partir de 1933, Gilberto Freyre publicou obras como: *Casa Grande & Senzala, Sociologia I, Problemas Brasileiros de Antropologia, Quase Política, Cana e Reforma Agrária, Poesia Reunida,* entre muitas outras, no Brasil e no exterior.

O lugar

Entre suas obras publicadas, uma certamente merecia atenção especial por parte de Gilberto Freyre; *Apipucos — Que há num nome ?.* O livro revela alguns aspectos daquela localidade que o autor considerava "o subúrbio mais saudável do Recife", onde residiram brasileiros e estrangeiros renomados em períodos diversos. Segundo o autor, Apipucos é "notável pelos morros sempre verdes, pelas águas quase sempre claras, por sua temperatura quase o ano inteiro sanatória — Suíça do Recife. Suíça pela doçura da paisagem e pela temperança do clima".

Gilberto Freyre registra que muitos dos moradores do lugar eram estrangeiros, geralmente de procedência inglesa, e que chegou a existir em Apipucos um hotel para recreação. Nas épocas de festas, os moradores se juntavam aos veranistas e aos hóspedes do hotel para os banhos de rio pela manhã, jogo de cartas à tarde e pastoris e danças à noite.

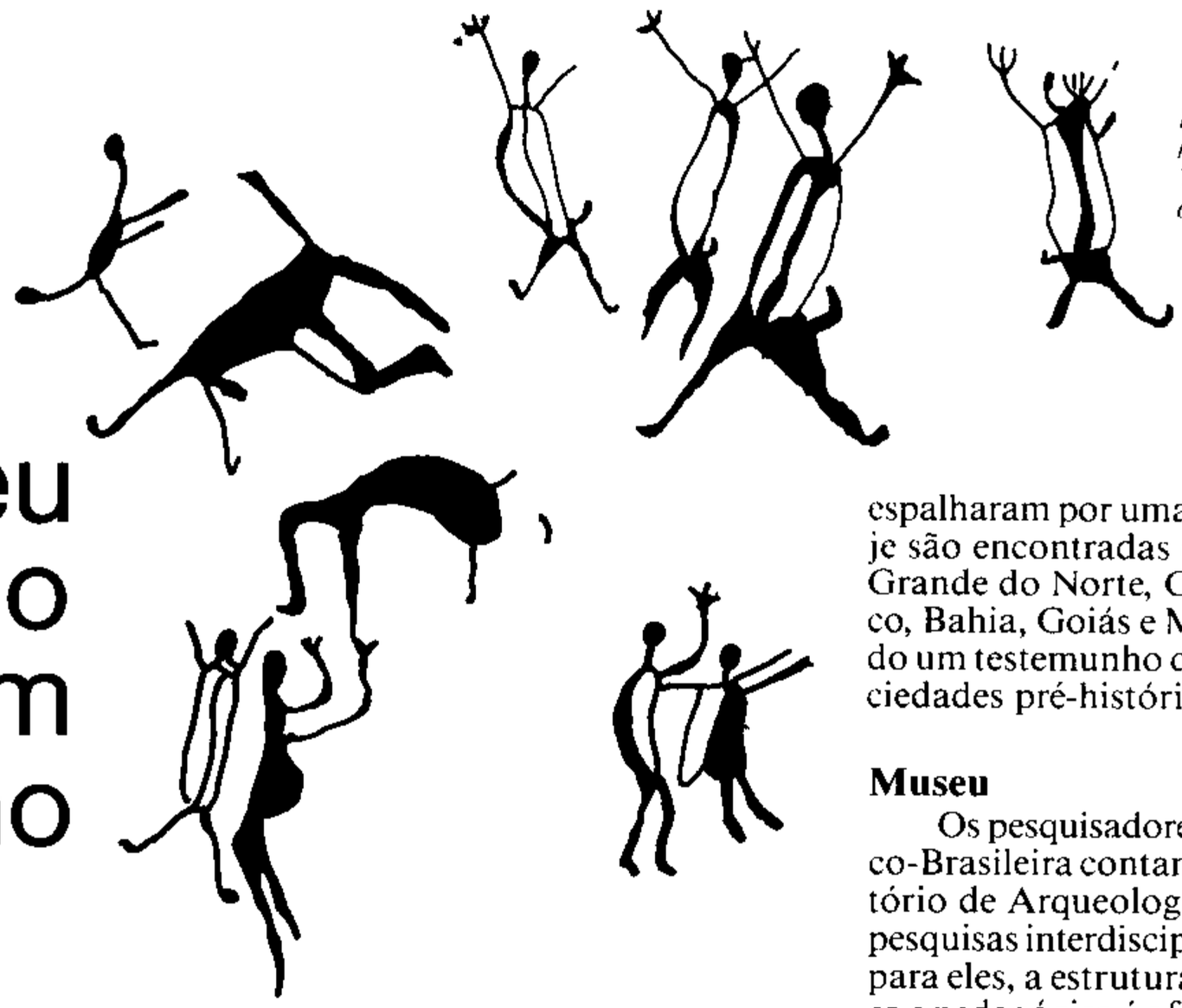
O autor lembra que Apipucos foi palco de um dos mais sangrentos encontros da Revolta Praieira de 1849. Ele cita também a presença do Palacete Villa Annunciada, principesca residência restaurada por Delmiro Gouveia no século passado. Essa vila abrigou durante anos o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do MEC. Nas imediações de Apipucos encontra-se também a Universidade Federal Rural.

Apipucos, junto com outros bairros, integra hoje a Região Político-Administrativa 5, criada por Decreto Municipal, com intenção de agilizar o processo de descentralização administrativa. Os atributos do local fizeram com que a prefeitura o considerasse Zona Especial de Preservação 2, que contém um Setor de Preservação Rigorosa e um Setor de Preservação Ambiental, local onde está a vivenda de Santo Antônio de Apipucos.

Outras decisões

Outros assuntos importantes foram tratados na 133ª reunião do Conselho Consultivo. Entre eles, o Conselho resolveu autorizar a saída do país da coleção particular do Sr. João Marino, para participar da exposição Le Barroque Sacré au Brésil, na França; de 81 fotos do século XIX, do acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, para exposição nos E.U.A.; de 31 desenhos de autoria de Grandjean de Montigny, para exposição na França: de 13 obras do acervo do MASP, para exposição na Suíça; e o envio das obras *O Negro Scipião* e *Paul Alexis lê um manuscrito a Emile Zola,* para participarem de exposições em Paris e em Washington.





Pinturas rupestres da Toca do Caboclo da Serra Branca (PI).

Um museu para o homem americano

"O homem no sudeste do Piauí, da Pré-história aos nossos dias. A interação homem-meio." Este é o título do Projeto Museu do Homem Americano, que recentemente obteve apoio do Comitê do Sistema Nacional de Museus, do Ministério da Cultura, para construção de sua sede definitiva no município de São Raimundo Nonato.

Desde 1973, um programa de pesquisas arqueológicas, dirigido por Niéde Guidon, vem sendo realizado em São Raimundo Nonato, na região sudeste do Piauí. A partir de 1978 esse programa tomou as proporções de um projeto interdisciplinar, graças ao esforço conjunto de pessoas e instituições francesas e brasileiras. Estava formada a Missão Franco-Brasileira do Piauí — integrada por ecologistas, zoólogos, botânicos, pedólogos, especialistas em ecodesenvolvimento, entre outros —, que vem realizando o levantamento e estudo dos sítios arqueológicos encontrados — mais de 200, em uma área de 4.000 quilômetros quadrados —, analisando a constituição geológica, a fauna e a flora, assim como a sociedade atual, isto é, o homem, desde sua chegada na região até hoje, e sua interação com o meio ambiente. Já foram coletadas consideráveis quantidades de material arqueológico, além de terem sido produzidos vários trabalhos acadêmicos, uma ampla literatura e uma abundante iconografia e filmes sobre os resultados das pesquisas. Um total de 20 mil figuras rupestres foram copiadas em plástico, para citar como exemplo.

No Brasil, o projeto é apoiado pela Universidade Federal do Piauí, Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Ministério da Cultura/SPHAN/próMemória.

Homem americano

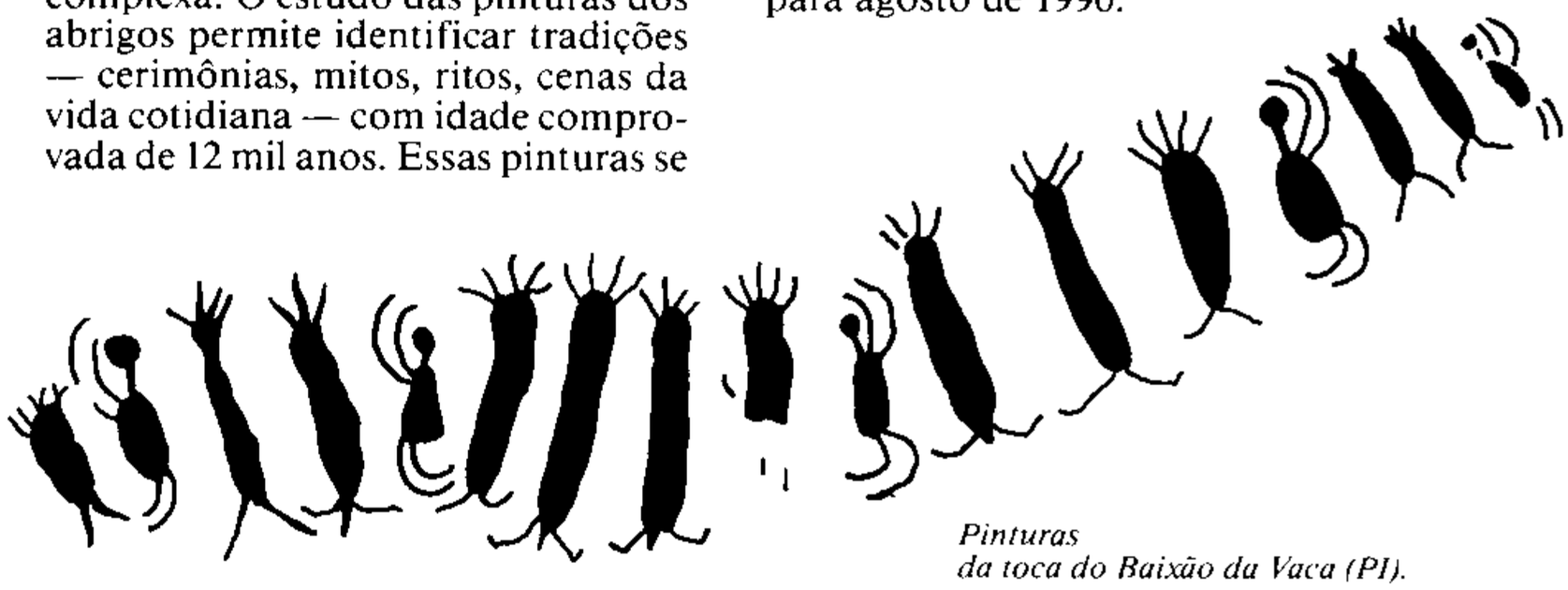
O complexo arqueológico de São Raimundo Nonato é hoje considerado entre os mais antigos de toda a América do Sul. Os primeiros habitantes ali se instalaram há mais de 32.500 anos. Dessa forma, as provas de existência de populações tão antigas no Nordeste do Brasil, e particularmente no Piauí, revolucionam as teorias existentes sobre a chegada do homem ao continente americano. Essa região foi ocupada de maneira contínua por caçadores-coletores e agricultores-ceramistas até a chegada dos colonizadores. Os vestígios deixados pelo homem pré-histórico são abundantes, demonstrando a existência de uma cultura tradicional antiga e uma sociedade estruturada e complexa. O estudo das pinturas dos abrigos permite identificar tradições — cerimônias, mitos, ritos, cenas da vida cotidiana — com idade comprovada de 12 mil anos. Essas pinturas se espalharam por uma imensa área e hoje são encontradas em grutas do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais, sendo um testemunho da força dessas sociedades pré-históricas.

Museu

Os pesquisadores da Missão Franco-Brasileira contam com um laboratório de Arqueologia e um centro de pesquisas interdisciplinares. Com isso, para eles, a estrutura técnica, científica e pedagógica é oferecida atualmente, faltando apenas uma estrutura definitiva que permita a preservação, conservação e divulgação do material proveniente das pesquisas arqueológicas, antropológicas e ecológicas realizadas na região, o que torna a criação do Museu do Homem Americano fundamental.

O Museu terá também como funções o desenvolvimento de uma série de atividades voltadas para a população local, como a realização de cursos e estágios práticos sobre higiene, alimentação, ecologia, técnicas de construção, entre outros, e o incentivo a programas de pesquisa, como forma de garantir a preservação dos sítios arqueológicos e do meio ambiente.

Os recursos agora obtidos através do Sistema Nacional de Museus estão sendo utilizados na construção de dois prédios para abrigar a documentação fotográfica e filmográfica e um laboratório fotográfico. O projeto arquitetônico do Museu, de autoria de dois arquitetos do Recife, resultou de um concurso realizado no ano passado. A inauguração do prédio está prevista para agosto de 1990.



Pinturas da toca do Baixão da Vaca (PI).

Opinião

Porto Seguro: consolida-se a vitória do Patrimônio

*Luiz Viana Queiroz **

Voltam a soprar velhos ares em Porto Seguro!

Depois que o Tribunal Federal de Recursos reconheceu efeitos jurídicos à elevação do Município a Monumento Nacional, quando reformou sentença absolutória do Juiz da 3ª Vara Federal da Bahia, a proteção àquele patrimônio cultural vem, paulatinamente, retornando a seu curso normal. Acaba de transitar em julgado sentença do Juízo da 6ª Vara que mandou demolir ampliação irregular efetuada no Hotel Phoenícia, sem autorização da SPHAN ou licença da Prefeitura.

É a vitória do bom-senso e o resultado da luta empreendida pelo Patrimônio na defesa das coisas tombadas.

A decisão do TFR (Apelação Criminal nº 8.110-Ba) foi o primeiro e decisivo passo. Para a 1ª Turma de Ministros a amplitude do tombamento é irrelevante. Diz o relator no seu voto: "No caso, ante a dúvida sobre a abrangência ou não do tombamento sobre a área em que foi praticada a ação, deveria o réu procurar certificar-se da situação e não prosseguir na execução das obras, ainda depois de embargadas pelas autoridades municipal e do SPHAN, como o fez, tomando a lei em suas mãos e, pelo menos, assumindo o risco de alterar aspecto do local, de qualquer sorte agindo dolosamente, seja dolo direto, seja dolo eventual.

"Certo o elevado grau de culpabilidade do denunciado Adno Musser, bem como a personalidade autoritária do agente, que praticou sua ação por motivos egoísticos, em circunstâncias que demonstram grau de desrespeito às normas de convivência, não se apresentando de grande monta as conseqüências da ação, que se não apresentam irreparáveis e considerada a primariedade, tenho que se apresenta suficiente à prevenção e repressão do crime a aplicação de pena superior ao mínimo, em sua forma alternativa, para aplicar ao infrator a pena de cem dias — multa, na razão de um salário mínimo."

Firmou-se, portanto, jurisprudência superior que acolhe a incidência da norma do art. 166 do Código Penal sempre que se construir em Porto Seguro sem autorização da SPHAN ou licença da Prefeitura.

O segundo e fatal passo foi dado pelo Juiz da 6ª Vara Federal da Bahia quando julgou procedente Ação Ordinária (Proc. 51.734) onde se pediu a reparação do dano, com o rebaixamento da altura do Hotel Phoenícia, "fazendo-o dentro das normas edilícias (5,5 m em relação à Av. do Descobrimento) que atendem à finalidade do preceituado no art. 18 do DL-25/37, e adaptações outras que forem necessárias, tudo após parecer da SPHAN".

Nos seus fundamentos afirma o Juiz: "De tais pressupostos infere-se que o direito de construir, na cidade de Porto Seguro, pode sofrer limitações de leis federais, estaduais e municipais, a que, em tese, ficará subordinado o seu exercício, numa situação perfeitamente enquadrável no art. 572 do Código Civil." E ainda: "Insurge-se a ré argumentando que seu imóvel não foi tombado. Tal argumento, entretanto, não lhe aproveita, pois que é tombada a área em que se acha edificado, certo que esse tombamento antecedeu às obras de ampliação por ela feitas, tudo como se infere dos documentos de fls. 9 a verso e 176 a 186."

Repita-se: "É TOMBADA A ÁREA EM QUE SE ACHA EDIFICADO"; e acrescente-se: NA CIDADE BAIXA.

Completa-se, assim, a jurisprudência iniciada pelo TFR com a declaração, que já transitou em julgado, do tombamento do Município de Porto Seguro.

Dessa discussão ressalto observações que me fez um grande amigo:

— Não é engraçado o Brasil? Foram precisos quatro anos de disputas judiciais para que se afirme o que a população porto-segurense e a SPHAN vêm pontificando há 14 anos: o interesse público na preservação de um patrimônio paisagístico (urbano e natural), cujo valor cultural não se resume à sua formosura estética, mas, igualmente, ao seu relevante significado histórico como berço da nacionalidade:

— Não é engraçado o Brasil? Na defesa do interesse público, nesses quatro anos, o arquiteto representante em Porto Seguro e o advogado da 5ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória responderam representação contra eles formalizada porque estariam "perseguindo" os detratores de nosso patrimônio; petição processual da SPHAN/próMemória foi, em juízo, chamada de "capciosa" por douto professor da Faculdade de Direito da UFBa; e o Patrimônio foi achincalhado pelo Prefeito de Porto Seguro.

— Não é engraçado o Brasil? Aqueles que aqui persistem na salvaguarda de nossa identidade enquanto nação e de nossas referências culturais enquanto povo, obstruindo a ação de quem só se interessa pelo lucro fácil de negociatas espúrias, são tidos como donos do poder e metamorfoseados em algozes.

Às suas observações, amigo, respondo:

Não; não é nada engraçado!

Aquele é o reverso de uma realidade cujo anverso é a ação destemida de cidadãos como os que compõem a AMAGÁVEA ou o Movimento de Defesa de Porto Seguro, ou de certos membros da Procuradoria da República, ou ainda de alguns justos magistrados. Ao lado do "engraçado" está o Brasil que vê graça na defesa dos valores que fazem de nós brasileiros, como a simplicidade, a dignidade ou o gosto pelo que é bom e belo, expressos em variados tipos de dança, de música, de cultos, de objetos, de templos, de casos ou de cidades inteiras.

Na jurisprudência mencionada consolida-se a vitória desse Brasil, mas ainda há muito a ser feito; é preciso coragem, pois não se pode parar. Muito menos agora, que velhos ares voltam a soprar em Porto Seguro, quando, espero, eles se transformem num vendaval de liberdades cívicas, para que homens como Bernardo Figueiredo — impedido de exercer sua profissão de arquiteto — possam para lá voltar, levando seu engenho e sua arte.

**Assessor Jurídico da SPHAN/próMemória*

Programa moderniza arquivos da SPHAN/próMemória



Foto: Arquivo SPHAN/próMemória

Ouro Preto (MG) — 1881 —, foto de Guilherme Libenau.

Desde 1937 exercendo a função de preservar a memória cultural do Brasil, a SPHAN/próMemória está hoje muito preocupada em garantir ainda mais a preservação de sua própria memória. Através do Programa de Modernização e Reorganização do Arquivo Central e dos Arquivos das Diretorias Regionais, a Coordenadoria de Registro e Documentação está procurando dar uma nova dimensão à tarefa de abrigar o vasto acervo documental que conta a história da Instituição, desde que foi criada.

Há cinqüenta anos instalado no Palácio Gustavo Capanema — antigo MEC —, no Rio de Janeiro, o Arquivo Central da SPHAN/próMemória possui 600 metros lineares de documentos e ainda 150 mil fotografias e 55 mil negativos, que passarão por um tratamento arquivístico obedecendo aos mais modernos critérios de proteção documental.

O Programa de Modernização e Reorganização, que vem sendo desenvolvido desde o final de 87, consiste em buscar uma política atual de gestão de documentos, que facilite ainda mais o trabalho dos funcionários que atuam no Arquivo e ofereça melhores condições aos pesquisadores que lá necessitem buscar informações. Com isso, o Programa prevê a substituição do mobiliário, já inadequado, e ambientação do acervo, com espaço devidamente climatizado. Este é um dos pontos que vêm merecendo maior atenção por parte dos realizadores do Programa, pois o tradicional espaço no 8.º andar do prédio se apresenta insuficiente para comportar o acervo. Muitos documentos, inclusive, serão restaurados.

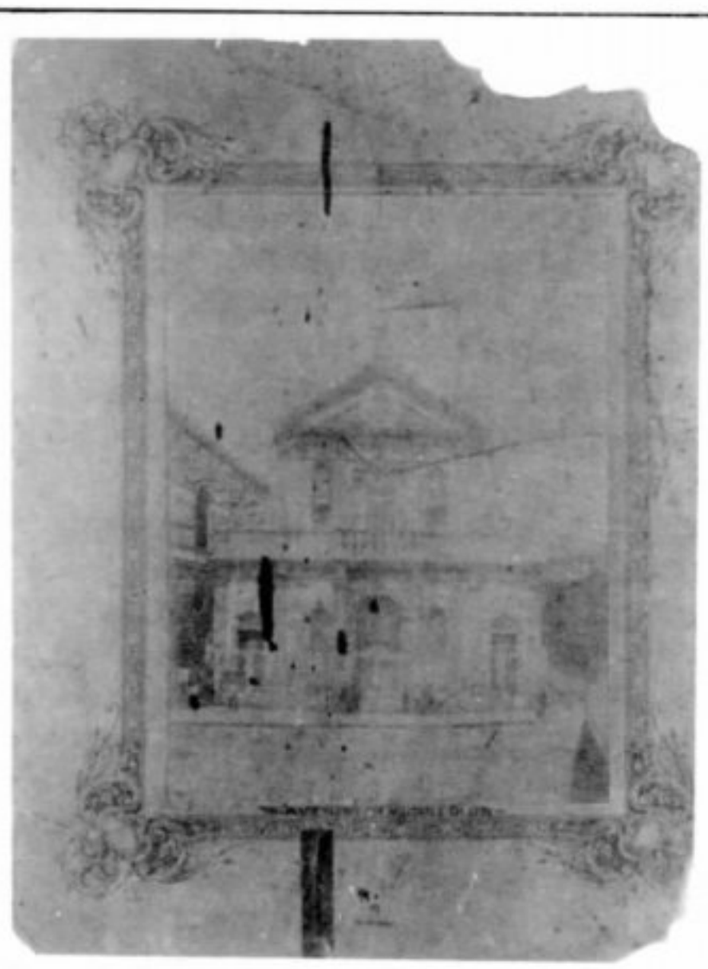
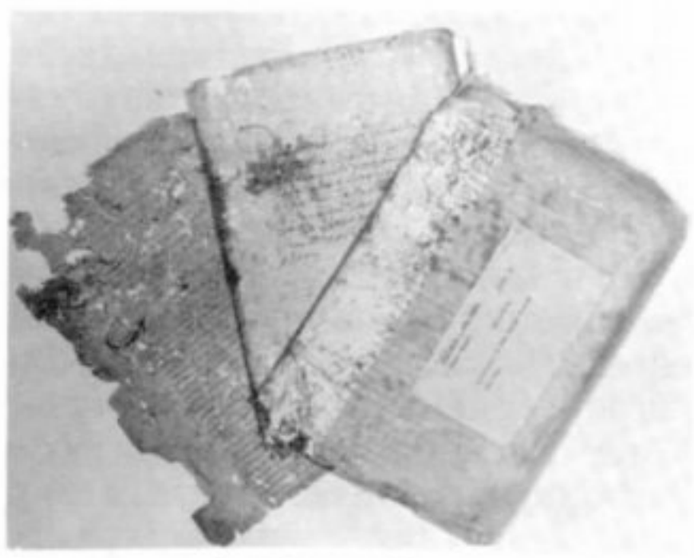


Foto da Ig. da Santa Cruz dos Militares — 1894. Apresenta rasgos e mancha de tinta.



Documento de 1750, rendilhamento causado por inseto e manchas.



Modelo de acondicionamento de documentos utilizado no Arquivo até hoje.

Fotos: Eduardo Mello

Quanto às Diretorias Regionais — 11 — distribuídas por todo o Brasil, o procedimento é o mesmo, sendo que em menor escala, já que estas reúnem uma documentação mais regionalizada. É importante destacar que, com a nova proposta, a informática será uma peça fundamental, integrando todas as DRs ao Arquivo Central, através de terminais instalados nas suas sedes.

Segundo a Coordenadora do Programa, historiadora Cláudia Heyneman, ele se faz necessário principalmente no momento em que a Instituição definiu este como o Ano Nacional do Inventário. "A idéia é de se ter um centro de documentação do Patrimônio Cultural, um sistema de informações que, adotando uma política mais arrojada de documentação, dê embasamento a todas as áreas da Instituição e, principalmente, à de Registro de Inventários, o que já começou a ser feito", explica.

Na visão do responsável pelo Arquivo Central desde 1950, Édson Brito Maia, é importante que haja um processo de modernização, devido às novas técnicas. "No entanto, o que mais se necessita é de espaço, uma vez que são muitos os documentos vindos de todo o Brasil, que o Arquivo sempre abrigou", completa.

Os recursos para a execução do Programa são, até o momento, da SPHAN/próMemória, mas já se vem buscando, junto a instituições públicas e privadas, apoio para sua plena realização, que tem prazo previsto para três anos.

Enfim, a memória em movimento



Fotos Arquivo CNRC

Detalhe do altar da Matriz de São José, em Niquelândia (GO).

O cinema, invenção do final do século XIX, há muito conhecido como a "sétima arte", vem sendo utilizado não somente como meio de diversão, mas também para registrar — através da fala e da imagem em movimento — fatos ligados à vida do homem e às demais artes. A partir do cinema, nasceu a televisão. O desenvolvimento tecnológico nessa área é dos mais rápidos: das primeiras transmissões "ao vivo", na década de 50, e por vídeo-teipe, hoje, via satélite de comunicação, até chegar à qualidade e facilidade proporcionadas pelo vídeo-cassete, passaram-se menos de 30 anos.

A utilização do vídeo para o registro dos acontecimentos do cotidiano da Humanidade, bem como para o resgate histórico de seu passado, levou o meio a buscar maior organização e dinamização, para o melhor cumprimento de sua tarefa. É o que vem acontecendo, atualmente, com a próMemória Vídeo, unidade da SPHAN/próMemória sediada em Brasília (DF), que desde 1981 vem produzindo e apoiando a realização de programas, buscando contribuir para o conhecimento e compreensão da dinâmica sócio-cultural brasileira.

Primeiras produções

Ferrovia do Diabo — Estrada de Ferro Madeira—Mamoré foi a primeira produção em vídeo realizada pela SPHAN/próMemória, em 1981, integrando o projeto de reativação da estrada, à época objeto de convênio entre a SPHAN/próMemória e o Governo de Rondônia (*SPHAN n.º 12*, págs. 1 a 6). Esse trabalho materializou uma preocupação que vinha desde a origem da Fundação Nacional próMemória — do registro em vídeo — logo depois referenciada no documento Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do Ministério da Educação e Cultura-MEC. O vídeo, então, era utilizado como instrumento de apoio aos processos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição, através da área de Referência Cultural.

O próximo programa realizado — *Sua Educação é Sua, Sendo Sua Não é da Gente* —, em 1982, utilizou o teatro de bonecos Mamulengo Só-Riso para expor as linhas fundamentais do Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País, implantado pela próMemória/Secretaria da Cultura/Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de proporcionar meios para as comunidades participarem em todos os níveis do processo educacional, a partir de seus próprios valores culturais (*SPHAN n.º 12*, págs. 16 e 36, págs. 13 a 15). Segundo o coordenador do Projeto Interação, José Silva Quintas, "ao invés de se utilizar a palavra escrita, usava-se o vídeo para comunicação da proposta aos professores e à comunidade", obtendo-se com isso maior dinamismo e melhor apreensão do trabalho. Entre 1982 e 1984 outros programas foram realizados, registrando as diversas experiências do Projeto Interação.

Em 1983, o Ministério da Educação e Cultura, através da próMemória e da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, assinou convênio com a Fundação Roberto Marinho para viabilizar o Projeto Regionalização do Supletivo de Primeiro Grau. Proposto como uma programação relacionada com os contextos culturais locais e comunitários, capaz de identificar os diferentes modos de pensar, fazer e viver existentes nas várias regiões brasileiras, o Projeto Regionalização gerou a produção da Série "Brasil, Corpo e Alma", veiculada através da Rede Globo de Televisão durante um ano. Foram produzidos 16 programas, com temas escolhidos conjuntamente pelas três instituições envolvidas, com o objetivo específico de apreender a enorme diversidade cultural do país e trabalhar uma compreensão ampla de cultura, englobando tudo quanto o homem criou ou cria, seu trabalho e suas idéias, abordando de maneira reflexiva seus hábitos e tradições e permitindo que as próprias comunidades contassem sua história, através de depoimentos dos personagens locais.

Além dos pesquisadores da próMemória e dos técnicos da Rede Globo, era formada uma equipe local para acompanhar as várias etapas de elaboração dos programas. Depois de concluídos, os documentários eram levados a campo para uma reflexão conjunta entre população, equipe local e técnicos envolvidos.

Criação

A experiência adquirida na produção da Série "Brasil, Corpo e Alma" e o apoio à Série "Os Pioneiros", sobre a história de Brasília — veiculada pela TV Nacional entre 1984 e 1985 — proporcionou aos técnicos e pesquisadores da SPHAN/próMemória o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho, a formação de equipe mínima e a organização de um rico e diversificado Banco de Imagens sobre os contextos sócio-culturais brasileiros, uma vez que todo o material gravado ficou em poder da SPHAN/próMemória, podendo ser utilizado para fins não comerciais. A compra de equipamento para gravações externas, em 1985, consolidou a criação da próMemória Vídeo, embora não contando com a "ilha" de edição, equipamento necessário para tratamento e ordenação do material bruto gravado.

Alcântara, do Século XVII para o Século XXI iniciou uma série de novas produções e co-produções. Alguns dos programas realizados nesta nova fase



Detalhe do altar da Matriz de São José.

participaram, entre outras mostras e concursos, da 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 1987, em Brasília; em agosto do mesmo ano, a próMemória Vídeo obteve Menção Honrosa com o programa *Terra Pra Que te Quero,* no Concurso Nacional de Vídeo da Terra, em Campinas (SP) e participou do II Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais-Arqui-Memória, em Belo Horizonte (MG); o II Festival Latino-Americano de Cinema dos Povos Indígenas, realizado no Rio (RJ) em setembro de 1987, premiou com Menção Honrosa o documentário *As Fronteiras da Educação Tikuna;* em abril passado, mais uma participação, desta vez no Seminário Nacional de Preservação Cultural dos Municípios, promovido pela Fundação Prefeito Faria Lima, de São Paulo (SP).

Convênios

A Fundação Nacional próMemória e a Universidade de Brasília vêm desenvolvendo, desde o ano passado, um trabalho conjunto para execução de projetos relacionados com a questão cultural brasileira. O Termo de Cooperação Técnica assinado entre as duas instituições em 1987 foi agora ampliado, prevendo a produção — através da próMemória Vídeo e do Centro de Produção Cultural e Educativa da UnB — de 15 programas em vídeo e 30 chamadas para televisão, visando divulgar o patrimônio cultural e natural brasileiro.



Série "Brasil Corpo e Alma": Igreja Matriz de São José.

Para o diretor do CPCE, Geraldo Moraes, a integração pretendida neste trabalho é muito importante! "No panorama atual da produção audiovisual existe uma necessidade urgente de projetos sistemáticos e integrados de documentação da cultura brasileira em todos os seus aspectos", afirma. Geraldo Moraes observa que tem sido uma característica das iniciativas dos órgãos públicos a falta de sistematização, o que resulta em dispersão de recursos e esforços, superposição de projetos e baixa rentabilidade dos produtos em termos de utilização. "A próMemória e a Universidade de Brasília têm vários objetivos comuns, que levam agora à realização de co-produções, com vantagens para ambas as instituições, representando, de fato, o começo de um trabalho conjunto", conclui Geraldo.

O Museu das Bandeiras e o Museu de Arte Sacra da Boa Morte — que detém um rico acervo do artista goiano Veiga Valle —, ambos localizados na cidade de Goiás (GO), fornecem os temas para os primeiros programas, cujas gravações foram recentemente iniciadas. A abordagem não enfatiza os acervos dos museus, mas procura situá-los dentro de uma determinada época. No caso, a intenção é resgatar a história da colonização do Centro-Oeste brasileiro, a partir das bandeiras, e focalizar a vida e a expressão da obra de Veiga Valle no Estado e na região, procurando sempre relacionar os temas com o presente.

A mesma linha será seguida em relação aos Museus do Ouro, do Diamante, da Inconfidência e Regional de



Projeto Interação: registro da experiência no interior do Acre.



Reunião para seleção de imagens: entrosamento.

São João del-Rei, situados em Minas Gerais, que servirão como ponto de partida para se fazer uma análise social, política, econômica e cultural dos ciclos do ouro e do diamante, da Conjuração Mineira e da região do Campo das Vertentes. Serão também produzidos documentários sobre o Aleijadinho, São Miguel das Missões (RS) e Brasília, entre outros. Esses programas serão exibidos nos museus da SPHAN/próMemória e circularão pelas escolas de primeiro e segundo graus do Estado onde foram produzidos.

Outros convênios estão em fase de negociação: com a TV Brasília, para divulgação das chamadas sobre patrimônio; com a FUNTEVÊ, para veiculação dos vídeos sobre os museus e produção de material de interesse comum; e com a Fundação de Artes Cênicas, do Ministério da Cultura, para apoio à pesquisa e realização de documentários sobre o universo da dança no Brasil.

O Banco de Imagens e Sons da próMemória Vídeo, cujo acervo soma cerca de 400 horas de material bruto gravado, está passando por uma fase de reorganização, facilitando o acesso do público, principalmente de pesquisadores, entidades como associações de classe, de moradores, sindicatos e escolas.

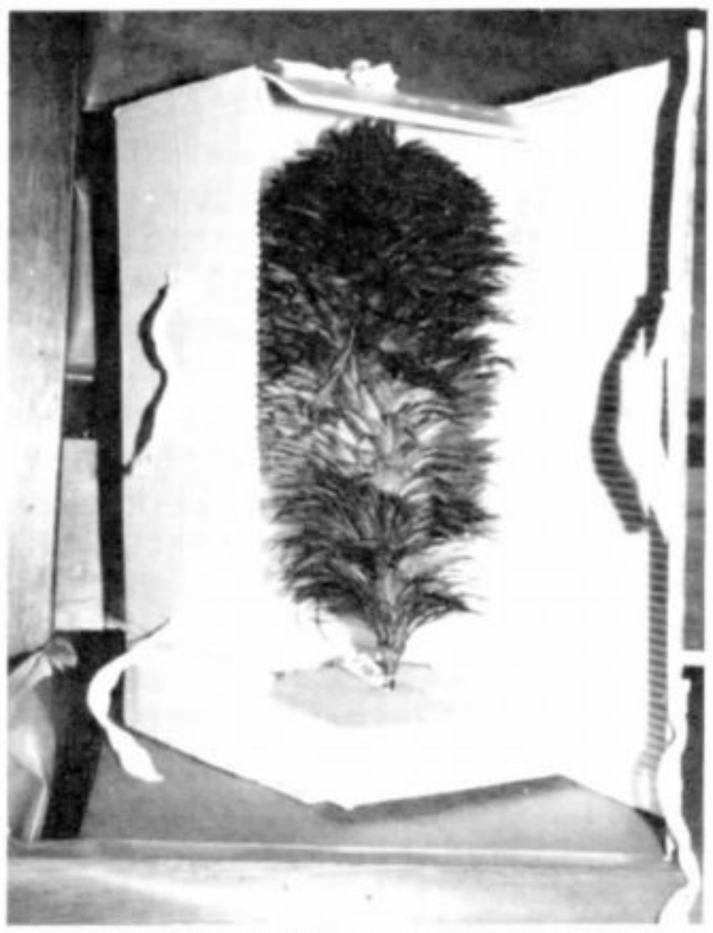
Conservação de têxteis, da teoria à prática



O processo de confecção das embalagens, ensinado no curso, . . .

Ao realizar, ainda em 1986, uma pesquisa que abrangeu todos os museus da SPHAN/próMemória, a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos constatou que as peças têxteis eram as que apresentavam o mais alto índice de deterioração, em comparação a outros materiais como papel, madeira e óleos. Cerca de 80 por cento dos acervos têxteis pesquisados necessitavam de conservação.

Esta informação, somada à inexistência de qualquer iniciativa para a formação de pessoal especializado na conservação de acervos desse tipo, determinou a elaboração de um curso sobre o assunto, cuja parte prática resultou no trabalho de conservação que vem sendo realizado em uma grande coleção: a da Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Rua Primeiro de Março, no centro do Rio de Janeiro (RJ).



. . . garante o perfeito acondicionamento das peças.

O curso

Segundo a museóloga Ely Gonçalves, responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos, o curso de conservação de têxteis foi montado com base em outro, sobre o mesmo tema, promovido anteriormente pelo antigo Programa Nacional de Museus. "O que nós fizemos foi enriquecer e dar um melhor direcionamento ao curso, garantindo um retorno maior para a SPHAN/próMemória. Continuamos com o apoio da OEA — Organização dos Estados Americanos, em termos de verba, bem como do SENAI — Serviço Nacional da Indústria, no que diz respeito à infra-estrutura. Afinal, corpo docente, laboratórios de pesquisa e equipamentos são necessários para um curso que transmite conhecimentos até mesmo de química, física, biologia e fotografia."

O curso, que tratou os assuntos



Certos adornos e trajes merecem embalagens duplas, . . .



. . . o que economiza espaço nos gavetões que constituem a reserva técnica.



Fotos: Luciana Castelo Branco

O tratamento garante a não evolução da deterioração.

sempre em função da realidade brasileira, foi realizado de 14 de outubro a 27 de novembro de 1987, e sua carga horária chegou a 224 horas-aula. Contou com a participação da especialista do Museu de Arqueologia e Antropologia de Lima, no Peru, Adela Sara Young Kanashiro, de professores do SENAI, do Centro de Tecnologia da Indústria e da Biblioteca Nacional, entre outros.

Pelas novas normas implantadas, os doze alunos vindos de diferentes museus e Estados firmaram o compromisso de utilizar os ensinamentos obtidos em favor, prioritariamente, das áreas de interesse da SPHAN/ próMemória.

A prática

"Tínhamos um grupo de pessoas que necessitavam de treinamento, e um acervo, comprovadamente rico, de grande importância social e histórica, que precisava ser tratado", ressalta Ely Gonçalves. Diante disso, foi firmado um acordo entre a SPHAN/próMemória e a Ordem Terceira do Carmo, que passaram a atuar em conjunto na conservação daquele acervo. À SPHAN/próMemória cabe a coordenação das atividades, determinação de técnicas, métodos e supervisão; e à Ordem, a obtenção de equipamentos e materiais, além do compromisso de montar estrutura e contratar mão-de-obra para formação de um núcleo de conservação/manutenção — já foram contratados um museólogo, um conservador e um historiador.

Atualmente vêm atuando na conservação do acervo da Igreja do Carmo cinco técnicos, em média. Paralelamente a esse trabalho, vem sendo feita a identificação e o fichamento das peças. Indumentárias, vestes de imagens, paramentos litúrgicos, trajes de gala — alguns utilizados há algum tempo na tradicional Procissão do Senhor Morto — compõem a coleção, dispersa por todo o prédio da Igreja. Cerca de 300 peças já foram beneficiadas, de um total incalculável do qual constam até mesmo algumas de proporções avantajadas, como certos estandartes.

Arte à parte

Após tratadas — com a utilização de técnica apropriada e muita paciência —, as peças vêm sendo condicionadas em espaços adaptados para fins de reserva técnica. Cada uma delas é embalada em caixa especialmente fabricada, e vistoriada periodicamente, para avaliação do estado de conservação.

Os processos de estudo e confecção das embalagens podem ser considerados uma arte à parte. Com formato e tamanho sob medida, equivalentes ao peso, volume e contorno das peças, as embalagens usam como matéria-prima papelão desacidificado, isopor e, por vezes, acrilon — uma espécie de fio sintético. São ainda totalmente costuradas — colas atacariam as peças — nas junções de encaixes exatos; e o seu planejamento requer até mesmo a elaboração de moldes gráficos.

Para a museóloga, o grande mérito das partes teórica e prática do curso de conservação é a possibilidade da aplicação dos métodos aprendidos pelos ténicos da SPHAN/próMemória nos seus museus de origem. A criação de mais um foco multiplicador de conhecimentos, representado pelo núcleo da Igreja do Carmo, e, principalmente, a conscientização para a importância da preservação do acervo, por parte da Ordem, também são fatores destacados por ela.

Em continuidade a essa linha de trabalho, já está entrando na parte prática o curso de conservação do ano passado. Desta vez o material estudado é o couro, que apresentou nas pesquisas o segundo maior índice de deterioração, e o local de treinamento é o Museu Casa de Benjamin Constant.

Quissamã



Casa da Fazenda Quissamã.



Casa da Fazenda Machadinha.

Trabalhar em conjunto com a comunidade; entender e analisar os aspectos culturais de uma região como um todo; utilizar recursos viabilizados por patrocínios, para a realização de projetos. Foram estes conceitos básicos que determinaram as diretrizes principais para resgatar a memória cultural de Quissamã (RJ).



Casa da Fazenda Mandiqueira.



Casa de Mato de Pipa.

Mapear culturalmente uma microrregião considerando não apenas o aspecto arquitetônico, mas também as características históricas, sociais e os diversos fatores ligados à cultura popular. Este foi o objetivo principal do projeto "Memória de Quissamã", desenvolvido pela 6ª Diretoria Regional da SPHAN/ próMemória naquele recém-criado município, que até pouco tempo atrás era o 4º Distrito de Macaé.

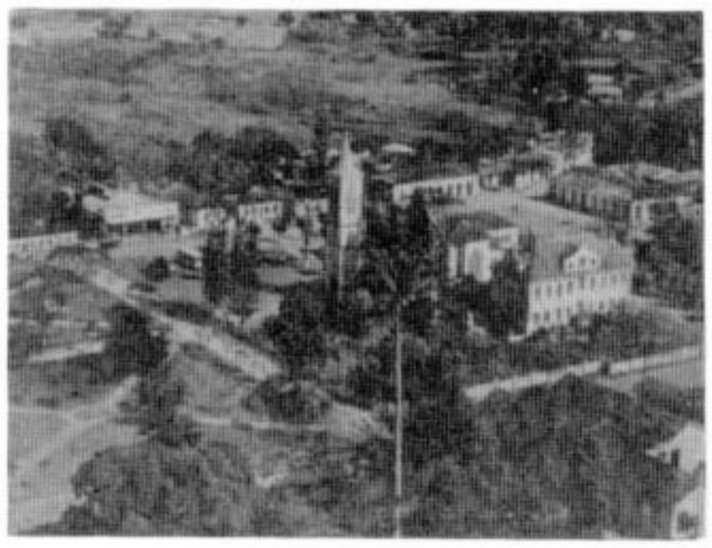
Executado de forma articulada com a comunidade e o Instituto Nacional do Folclore da FUNARTE, totalmente patrocinado pela Petrobrás, o projeto teve custo zero para a SPHAN/próMemória e já rendeu três produtos finais: um disco, um vídeo e um livro.

Visão global

Com uma população de cerca de 16 mil habitantes e distante 250 quilômetros do Rio de Janeiro, Quissamã, localizado ao norte de Macaé, tem seu perfil sócio-econômico muito mais parecido com o do município de Campos, onde predomina a cultura da cana-de-açúcar — do plantio ao processamento. Sua população é constituída, basicamente, pelos proprietários dos canaviais, da usina e os trabalhadores.



Engenho Central de Quissamã.



Vista aérea do Freguesia. 1959.

Na época áurea da cana-de-açúcar, ainda durante o Brasil-Império, houve muita riqueza e logicamente prestígio político em Quissamã. Arquitetonicamente, a importância daquela localidade reside nos solares remanescentes, principalmente do início do século XIX, de propriedade da elite açucareira.

A forma de desenvolvimento do projeto "Memória de Quissamã" está bastante ligada ao modo de interpretar essas construções, conforme explica o seu coordenador, Suetônio Soares Valença: "Para compreender um prédio é necessário entender o lugar como um todo. Uma construção não existe independentemente de todo um contexto, de um conjunto de circunstâncias."

Dessa forma, o critério principal que norteou a equipe responsável pelo projeto foi a busca constante de um enfoque mais amplo do conceito de patrimônio cultural. Assim, bem ao estilo sugerido por Mário de Andrade quando concebeu o Patrimônio, em 1937, "Memória de Quissamã" pretendeu abranger toda a cultura de uma região, da produzida pela elite à popular, para que houvesse um entendimento do todo, e não apenas dos inúmeros fatores, isoladamente.

Entrosamento

O projeto, fruto de solicitações dos próprios moradores, contou com a participação de aproximadamente trinta técnicos das áreas de arquitetura, sociologia, história, fotografia e cultura popular — esta representada por uma equipe do Instituto Nacional do Folcore da FUNARTE, instituição com a qual a SPHAN/prόMemoria firmou convênio. Foi montado um pequeno escritório técnico em Quissamã, para fornecer a infra-estrutura necessária, e contratada mão-de-obra local — pessoas dotadas de conhecimentos sobre a região.

Os trabalhos de campo — coleta de dados, depoimentos e imagens —, realizados durante um ano, foram concluídos em março de 1986. Conforme relata Suetônio Valença, "durante os trabalhos ligados à pesquisa histórica e artística, foi obtido um relacionamento positivo com os proprietários dos solares e da usina e, após o esclarecimento de alguns pontos ligados a normas de tombamento e da explicação de que não se tratava de nenhum estudo visando futuras intervenções, foram raros os casos nos quais houve recusa de acesso ou falta de colaboração".

Os levantamentos ligados à cultura popular também não encontraram, segundo a equipe, nenhuma dificuldade, e o tema, desmembrado em habitação popular, artesanato, religião e música popular, "foi muito bem trabalhado pelo pessoal da FUNARTE".

Além da abrangência e do perfeito entrosamento obtido com a comunidade, outro fator importante a ser destacado foi a agilidade gerencial que a equipe do projeto teve que adquirir, para aproveitar, ao máximo, o patrocínio oferecido pela Petrobrás. "Foi necessária a criação, rapidamente, de uma pequena estrutura para responder com a máxima velocidade aos compromissos firmados em decorrência do patrocínio", explicam. "Uma experiência bastante válida até mesmo para demonstrar a viabilidade de se responder, a contento, propostas futuras com características similares."

Produto final

Um disco, *O Fado de Quissamã,* com destaque para a música folclórica do local — que nada tem em comum com o fado português —, um vídeo de trinta minutos, que será incorporado ao acervo da prόMemória Vídeo, da SPHAN/prόMemória, e o livro *Quissamã,* com duzentas páginas e ricamente ilustrado, que possibilita uma visão geral da cultura da região, foram os produtos finais do projeto. O disco e o vídeo foram produzidos no decorrer de 1987 pelo Instituto Nacional do Folclore; e o livro, constituído por uma coletânea de artigos, cujos autores estiveram desde o primeiro momento envolvidos com a equipe de pesquisa, teve sua produção recentemente concluída.

"Memória de Quissamã", um projeto pioneiro tanto sob o ponto de vista conceitual como gerencial, tem tudo para assumir o papel de projeto-piloto, motivador de trabalhos similares em outras localidades, num processo de mapeamento cultural progressivo do nosso território. Já para a população local, o projeto deve oferecer resultados positivos mais imediatos. Afinal, para um município recentemente criado, nada melhor do que ter sua memória devidamente documentada.



O maquetista local Francisco de Carvalho — Francisquinho: a memória em miniatura.



Casa de taipa.



Interior de um terreiro de umbanda.



Músicos executando o fado.



O Boi Malhadinho, Pai João e Mãe Maria: o folclore.



A praça e o coreto novo, após reforma de 1985.



A concepção do projeto gráfico do livro acompanha o conteúdo múltiplo da obra.

Fotos: Livro Quissamã

ENTREVISTA

A 8ª Diretoria Regional da SPHAN/prόMemória está sob nova direção: a arquiteta Vera A. Bosi de Almeida assumiu o cargo no último dia 12 de maio, em substituição ao arquiteto Marco Antônio Galvão. Cobrindo uma extensa área do território nacional, que compreende o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e agora Rondônia, a atuação da 8ª DR é bastante diversificada, envolvendo não somente um significativo acervo arquitetônico como também um rico patrimônio natural. Para falar de seus objetivos e metas frente a essas e outras questões, o Boletim SPHAN/prόMemória ouviu Vera Bosi na sede da 8ª DR, em Brasília (DF).

— Fale sobre sua experiência, como arquiteta e planejadora, antes de seu ingresso na SPHAN/prόMemória.
VB — Eu havia feito o curso de Belas-Artes e resolvi fazer Arquitetura. Comecei em Goiânia e depois pedi transferência para a Universidade de Brasília, onde me formei em 1973. Minha pretensão inicial era ser projetista, mas acabei como especialista em planejamento urbano, porque durante o curso percebi que não queria lidar com projeto ou desenho. Tinha uma perspectiva de trabalho a nível do urbano, das contradições sociais e problemas sócio-econômicos que aparecem quando se trata do espaço físico. Quando se mergulha num desenho ou projeto, essa dimensão social e econômica acaba se perdendo. Passei então a ver o arquiteto como um elemento dentro de uma equipe interdisciplinar de trabalho. Depois de formada, trabalhei até 1976 na Secretaria de Serviços Sociais do Governo do Distrito Federal, na área da habitação de baixa renda. Foi um trabalho muito interessante, desenvolvido em torno da problemática das invasões no DF, prevendo inclusive a fixação de algumas já existentes, como a Candangolândia, a Metropolitana, o Paranoá e a Vila Planalto. Hoje vejo que o que não foi realizado antes, por motivos políticos daquele momento, tem se mostrado viável e está se concretizando realmente. Trabalhei também na área de planejamento urbano e regional da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), até o final de 1978. Nesse período pude conhecer de fato a região e ver que o planejamento regional é inviável num país com características como as nossas. Para mim, esse trabalho deve começar de pequenas áreas planejadas, ou seja, deve-se sair com o planejamento a partir do município, este se organiza e se junta a outro município, para então se ter uma condição de planejamento regional. Em um sistema capitalista como o nosso e numa região como a Centro-Oeste, que é alvo dos grandes projetos, o planejamento acaba se tornando um instrumento desse tipo de ação ou então se torna incapaz de deter esse processo. Vi que nessa área o trabalho era interessante, seria necessário, porém inviável.

— Como foi seu primeiro contato com a SPHAN/prόMemória?
VB — Foi no começo de 1981, quando voltei dos Estados Unidos, onde estive por dois anos. Fui acompanhando meu marido, que foi fazer curso de mestrado. Também ingressei no curso, na área de planejamento urbano e regional, mas durante o penúltimo semestre desisti, porque senti que era preferível conhecer o país e ver como as coisas aconteciam lá do que ficar estudando "regrinhas" nessa área, na qual eu já tinha uma experiência bastante grande aqui no Brasil. Como não sou um profissional teórico, nem tenho essa pretensão, mas sim uma necessidade muito grande de ver as coisas acontecerem, acho que essa experiência de observadora foi muito mais importante do que como estudante, fechada na universidade. Quando voltei dos EUA, desempregada, em janeiro de 1981, o país era outro. Aluísio Magalhães havia criado a prόMemória — o binômio SPHAN/prόMemória tinha começado a existir. Eu ouvia falar em Aluísio pelo *designer* que era, por sua obra e ouvia falar em SPHAN, mas como algo muito distante, sem a força que passou a ter nesse período. Por coincidência, fui indicada à SPHAN/prόMemória como especialista na área habitacional e de planejamento urbano, para desenvolver uma pesquisa cujo objetivo era a busca de recursos no Banco Nacional de Habitação — BNH, para recuperação de cidades históricas.

— Como se desenvolveu esse trabalho?
VB — Foi montada uma proposta — em conjunto com Tânia Regina Garcia e técnicos do BNH e da Caixa Econômica Federal — de compatibilização entre a demanda da SPHAN/prόMemória e a disponibilidade de recursos do BNH. A proposta foi feita a nível de núcleos históricos, e não de edifícios isolados, tendo como base nossa experiência anterior e a oportunidade que tivemos de visitar Salvador (BA), São Luís (MA) e Recife (PE), através da SPHAN. De acordo com nosso trabalho, a ação de se buscar dinheiro no BNH, para recuperação das cidades, teria que ser uma ação não só recuperadora, mas revitalizadora. Sugerimos então a criação de um Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, que iria dar chances para que outros recursos, não só do BNH, fluíssem — não para a SPHAN/prόMemória —, mas sim para a ação de preservação dos núcleos históricos, através das prefeituras. Nossa idéia era a de que

fosse criado, dentro do BNH, um programa específico, que garantisse um total de recursos anuais a serem aplicados nesses núcleos. Percebíamos que essas áreas, por serem tombadas, acabavam ficando esquecidas ou colocadas de lado; a administração municipal se sentia tolhida nas suas ações ou até mesmo com má vontade de discutir formas diferentes de se trabalhar dentro do núcleo histórico, em relação à limpeza urbana, posteamento de luz ou calçamento, por exemplo. Percebemos, também, que o patrimônio arquitetônico não podia ser visto tão friamente, só no plano físico. O projeto de preservação estava carecendo de uma visão humana e social, quanto mais você chega numa cidade onde moram, circulam e vivem pessoas. O patrimônio cultural do núcleo histórico é sua estrutura urbana, são os edifícios e os moradores, pois essa área é principalmente residencial. São eles que dão vida ao lugar, e isso de uma certa forma não estava sendo pensado com a força que deveria merecer. Essas observações orientaram a nossa proposta e acredito, inclusive, que são a base do meu trabalho na SPHAN/próMemória: até hoje ainda me oriento pelo que escrevemos naquela ocasião.

— A partir dessa proposta, foi realizado o projeto-piloto de Olinda, em Pernambuco, que teve sua participação desde o início. Relate um pouco dessa experiência.

VB — Por volta de agosto de 81, ao conlcuir a proposta, fui convidada a implementá-la. Essa é uma chance que poucos ténicos têm, quer dizer, ter um respaldo para desenvolver seu trabalho. Tive respaldo financeiro e técnico, e um espaço aberto para trabalhar na próMemória. A proposta se encaminhou, passamos a discuti-la a nível local e federal com o BNH e, na época, o Ministério do Interior — mais tarde, com o Ministério do Desenvolvimento Urbano. Tivemos um apoio muito grande dos Estados, principalmente de Pernambuco, que sugeriu a realização de um projeto-piloto em Olinda, uma vez que a Prefeitura Municipal já era dotada de uma infra-estrutura legal e técnica, portanto reunindo condições propícias ao trabalho. O projeto foi montado pela Prefeitura, com orientação nossa e avanço até o ponto em que nós — SPHAN, Estado e Prefeitura — sentimos que era hora de parar, para que a comunidade entrasse. Foi feita uma reunião em Olinda, onde ficou decidido que não se andaria nem mais um milímetro no projeto sem a participação dos moradores. Daí para frente nossa proposta foi fruto do que eles sugeriam; conseguimos sensibilizar enormemente o BNH para esse tipo de coisa. Acredito que temos que ter, a nível federal, abertura de espaço para o que a comunidade precisa negociar, pois ela sozinha não tem condições de fazê-lo, portanto essa tarefa torna-se obrigação nossa. O projeto de Olinda foi realizado já na Nova República, entre março e outubro de 1985. A experiência foi fechada, isto é, concluída, foi toda registrada e um documento final elaborado e entregue ao BNH. Com as mudanças ocorridas no país, foi aberto espaço para que o Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, anteriormente sugerido, fosse assinado pelo Presidente da República, dentro das prioridades sociais do Governo. Foi então formada uma comissão para discutir o programa e formas de levantar os recursos necessários a sua implementação. Não tivemos, dentro da SPHAN/próMemória e do Ministério da Cultura, o apoio necessário, não por causa das pessoas ou dos dirigentes, mas porque esse trabalho já se encontrava em um estágio muito avançado e o MinC estava apenas começando a se estruturar, administrativa e politicamente. Nesse momento também o BNH foi desativado e o Ministério do Desenvolvimento Urbano entrou em processo de reformulação. Não senti mais o suporte necessário para a continuação do trabalho, então desisti. A tarefa de sensibilizar a área federal para configurar o programa sofreu um esvaziamento total. Nada mais aconteceu, a não ser agora, pois tive a grata surpresa de ver que na Caixa Econômica Federal, hoje, existem intenções de atuar em áreas históricas. Precisamos agora recuperar esse tempo perdido.

O patrimônio cultural do núcleo histórico é sua estrutura urbana, são os edifícios e os moradores, pois essa área é principalmente residencial.

— Qual foi a sua participação no Ministério da Cultura, antes de assumir a 8.ª DR?

VB — Participei da estruturação do Instituto de promoção Cultural — IPC, criado pelo Ministro Celso Furtado em 1986, para captação de recursos para programas especiais de produção cultural. Durante quase dois anos, integrei a área de estudos e pesquisas do IPC, que tinha como perspectiva discutir e analisar o que estava sendo feito em termos de política cultural no país. Tive então a oportunidade de montar uma proposta para negociação de recursos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Foi um trabalho bastante proveitoso, que reforçou, mais uma vez, minhas idéias sobre a atuação na área cultural, que deve ser feita em associação com as comunidades locais, a partir das áreas de execução do MinC, que são as fundações.

— Como foi sua chegada na 8.ª DR da SPHAN/próMemória?

VB — Para mim foi uma surpresa, pois foi exatamente quando eu senti que já havia desenvolvido um trabalho suficientemente útil no IPC e podia pensar numa perspectiva de volta à próMemória. Aceitei o convite do Secretário e Presidente da SPHAN/próMemória com uma alegria muito grande. O fato de trabalhar na 8.ª DR é muito especial, pois conheço todas as pessoas, sua forma de trabalho e acredito que, de todas as Diretorias, esta é a que mais se aproxima daquilo que eu gostaria de fazer. Sempre pensei que o que podia ser feito através das DRs não era feito por nenhuma delas, pelo menos aquelas que eu conheço. Seu trabalho tem sido centrado na execução de obras, mas, a meu ver, nada impede que as Diretorias executem uma política tendo um compromisso maior não só com o patrimônio histórico, mas com todas as ações que a SPHAN/próMemória se propõe a desenvolver, isto é, com o patrimônio cultural.

Na Caixa Econômica Federal, hoje, existem intenções de atuar em áreas históricas. Precisamos recuperar o tempo perdido.

— O trabalho em uma Diretoria Regional é totalmente novo para você. Quais são suas primeiras impressões?

VB — Acho que a 8ª DR tem uma situação especial em relação à sua proximidade com o Ministério, com determinadas facilidades que Brasília oferece. Por outro lado, aqui se tem uma consciência mais clara das dificuldades do desempenho de uma Diretoria, que realiza um trabalho de ponta, e da distância que a separa da ação central. De qualquer forma, tenho esperança de poder desenvolver um bom trabalho, que deve ser mais difícil agora pelas características atuais da administração pública. As restrições de orçamento acabam redundando também em dificuldades em termos de salários e pagamento de pessoal técnico e de apoio; há uma reclamação geral nesse sentido. A 8ª DR tem uma outra dificuldade que é a abrangência da sua área de ação, não só em termos físicos, de território, mas também em termos técnicos e da sua própria prática. O acompanhamento desse trabalho vai exigir uma estratégia especial.

— Essa estratégia já foi traçada? Fale sobre suas metas e planos.

VB — Em primeiro lugar, minha intenção é que a 8ª DR desenvolva um trabalho com as Coordenadorias da SPHAN/próMemória. Isso vai exigir que a DR chegue inteira a nível local. Temos que nos aparelhar para essa tarefa. Tenho a impressão que vamos trabalhar ainda este resto de ano na antiga sistemática, mas ao mesmo tempo montando um esquema, de tal forma que em um determinado momento mudemos nossa forma de atuar sem sequer perceber, sem que haja uma ruptura em relação ao que se fazia antes. Um dado concreto, por exemplo: não concordo com o trabalho em separado de um técnico para cada região. Acho que todos devem trabalhar em todos os Estados, com diferentes especialidades. O que acontece em um determinado território será objeto de estudo de toda a DR, num esquema de trabalho conjunto onde cada profissional é responsável pela sua área, desde a parte normativa, bibliográfica, informativa até a parte executiva propriamente dita, de ação. A área de atuação da 8ª DR tem características ambientais, arqueológicas, espeleológicas, quer dizer, tem todo um trabalho a ser feito, então a equipe tem que estar preparada de forma a discutir conjuntamente essas questões e ter também o profissional específico da área, como o historiador, para fazer os levantamentos, ou alguém responsável pela organização do arquivo.

— Como se poderia fazer a reciclagem do corpo técnico da SPHAN/próMemória?

VB — Em princípio, deveria haver uma discussão entre as Diretorias Regionais, que estão muito distantes entre si. O corpo técnico da SPHAN, que é experimentado, teria que ter uma estratégia de treinamento a nível local, ter a possibilidade de visitar três ou quatro diferentes áreas por ano, para ver os trabalhos que estão sendo realizados e fazer uma avaliação. Isso seria a própria reciclagem, sem contar os cursos, as oportunidades que às vezes aparecem. Vejo que esse trabalho da DR é de muita importância e tem que ter um compromisso com a realidade, de levantá-la e discuti-la, apresentar soluções e saídas, mas tem também que levar esse resultado para o nível maior, do planejamento e definição política, para se tentar obter uma resposta a esse tipo de necessidade. Durante esses 50 anos de preservação aconteceram muitas coisas, entraram e saíram pessoas, deixando contribuições que estão sendo trazidas ainda hoje. Devemos descobrir um método, um processo de torná-las realidade. Ações iniciadas no Sul ou no Nordeste, como o trabalho de Olinda, não são avaliadas em um contexto maior. Qual o resultado, por exemplo, de uma experiência que está sendo feita no Rio, no Corredor Cultural, como retorno a nível de diretriz da própria SPHAN, para alguém que está em Cuiabá e tem um caso semelhante lá? Deve haver então algo mais dinâmico, uma reciclagem, uma renovação constante de informações, para reforçar o trabalho de quem está mais próximo da realidade local, isto é, de quem está nas Diretorias Regionais e nos Escritórios Técnicos da SPHAN/próMemória. Os Escritórios desenvolvem atividades de Diretoria e não têm informações básicas ou respaldo político para realizar seu trabalho. Não significa que eles saiam de onde estão, mas sim que se deve agir de outra forma, fornecendo-lhes o instrumental teórico-prático para desenvolver um trabalho junto à comunidade, de discussão e orientação técnica, que deve ser respaldado pelas Diretorias nos momentos mais críticos.

O trabalho da DR é de muita importância e tem que ter um compromisso com a realidade, de levantá-la e discuti-la, apresentar soluções e saídas.

— O que muda na atuação da SPHAN/próMemória com a aprovação da reforma tributária pela Constituinte?

VB — Isso significa que no ano que vem já teremos modificações. Os estados e municípios serão melhor aquinhoados em termos de recursos, e aí vamos ter a grande virada. Nesse momento temos que estar preparados, porque a demanda por apoio e orientação técnica vai ser muito maior. Estados e municípios terão condições de fazer muita coisa, e se não estivermos prontos para apoiá-los eles farão assim mesmo, ou deixarão de fazer por falta da nossa participação. Então o compromisso que qualquer técnico tem é de estar preparado para proporcionar essa orientação.

NOTICIÁRIO

Brasil descobre Debret para a França

Está em curso na França a exposição itinerante "Jean-Baptiste Debret: un peintre philosophe au Brésil, 1816-1831", que reúne 100 aquarelas pertencentes ao acervo dos Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya, da SPHAN/próMemória, e 30 da coleção Jean Boghici. De acordo com o vasto noticiário sobre a mostra, amplamente veiculado pela imprensa francesa, Debret era até então praticamente desconhecido em seu próprio país, apesar de ocorrer o contrário no Brasil, onde suas obras são consideradas como patrimônio nacional.

Jean-Baptiste Debret (1768-1848) desembarcou no Rio de Janeiro a 26 de março de 1816. A queda de Napoleão, de quem era partidário, e a morte de um filho o colocaram no exílio, mas também a perspectiva de fundar, juntamente com os oito artistas que o acompanhavam, uma Academia de Artes e Ofícios na "terra do Brasil", de acordo com a vontade do Rei D. João VI. Segundo os críticos franceses, Debret deixou de lado o severo estilo neoclássico para adotar a escrita objetiva do repórter. "Com uma minúcia amorosa, ele fixou os aspectos pouco comuns da vida cotidiana, a fauna, a flora, os índios, negros, brancos e mestiços." Em seus 15 anos de estada no Brasil, ele produziu vários milhares de documentos tomados ao vivo — desenhos e aquarelas — realizando uma obra de etnólogo ao procurar classificar os tipos humanos, os costumes e a vegetação.

A mostra tem provocado surpresa e entusiasmo entre os inúmeros visitantes, que não poupam elogios ao artista e também ao livro "*Brésil, une épopée métisse*", apresentado por Mário Carelli e editado pela Gallimard para a coleção "Découvertes", em grande parte dedicado a Debret, cujo lançamento se deu durante a abertura da primeira etapa da exposição, na Galeria de la Seita, em Paris. A Association Française d'Action Artistique, a VARIG S/A e o Ministério da Cultura/SPHAN/próMemória fornecem o apoio necessário à exibição e itinerância da mostra e do audiovisual que a acompanha.



Foto: Arquivo Museus Castro Maya

Angu da Quitandeira (1826), aquarela de Debret.

Capela

A partir das onze horas do dia 24 de fevereiro deste ano, a comunidade do Recife pôde retomar um hábito perdido há duas décadas: freqüentar regularmente a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Congregação Mariana, localizada na Praça XVII.

Em precário estado de conservação, o monumento foi submetido a restaurações, iniciadas em 1986 pela SPHAN/próMemória, que custaram 3 milhões de cruzados e beneficiaram tanto seus bens móveis quanto imóveis, com exceção do balcão do lado direito do frontispício, irremediavelmente destruído.

Pertencente à Irmandade do Divino Espírito Santo do Recife, a Capela foi fundada no século XVIII pelos jesuítas, que tiveram seus bens expropriados pela sanção régia de 1759, que abolia, em todos os territórios portugueses, a Ordem dos Jesuítas. Dessa forma, o monumento foi incorporado à Fazenda Nacional, ficando abandonado e fechado ao culto religioso.

Posteriormente, foi entregue pelo Governo à Irmandade da Misericórdia e, pouco tempo depois, fechado novamente. No século XVIII foi doado então à Irmandade de Nossa Senhora da Congregação Mariana, que procedeu a sua limpeza e alguns reparos.





Fotos: Arquivo 4ª DR (PE)

Fachada, após a restauração, e interior da capela, destacando o arco-cruzeiro e o retábulo.

NOTICIÁRIO

Aqueduto de Candelária

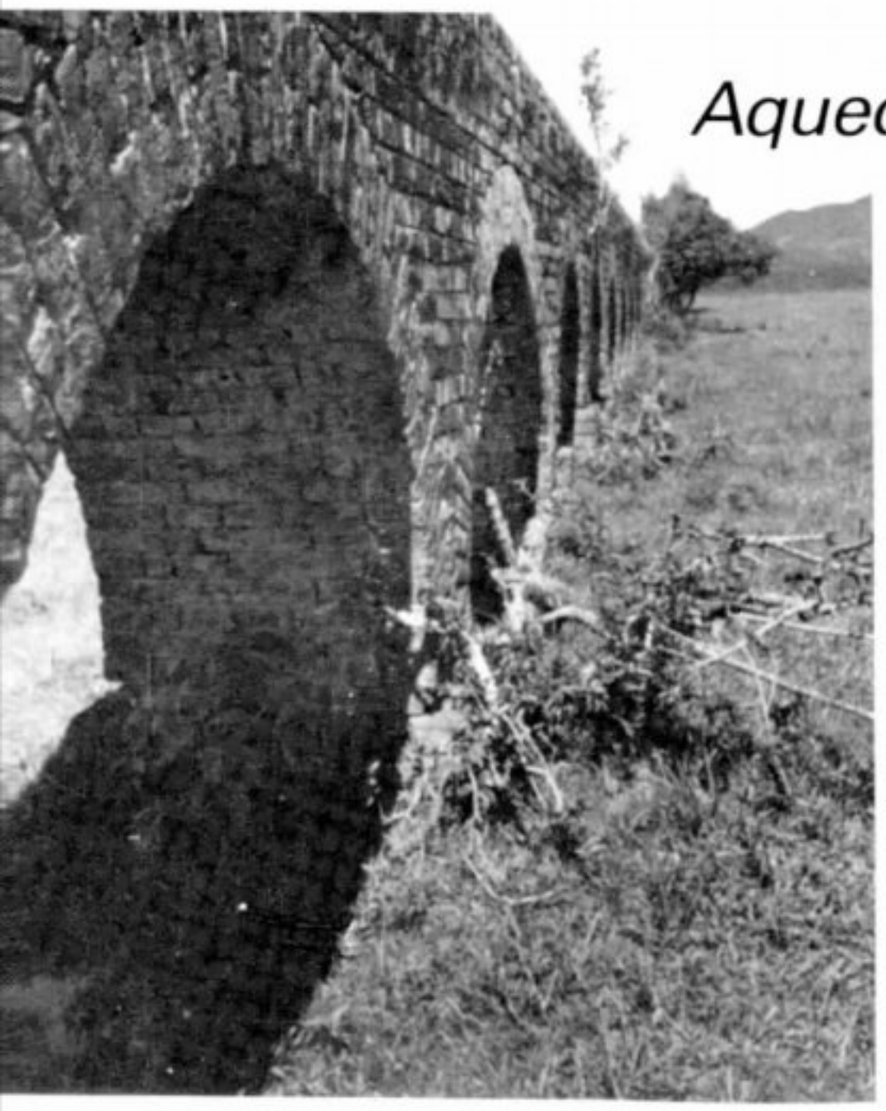


Foto: Arquivo SPHAN/proMemória

A 10ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória está aguardando sinal verde da Prefeitura Municipal de Candelária (RS), situada na região central do Estado, para dar início ao processo de preservação de um aqueduto, ali construído no final do século passado.

Em janeiro de 1988, a 10ª DR foi visitada pelo grupo "Terra Nossa", composto por membros da comunidade de Candelária, solicitando medidas para salvar o aqueduto. Em inspeção ao local, técnicos da SPHAN/próMemória constataram a necessidade de ser elaborado um plano para a consolidação da construção, envolvendo três etapas: limpeza, embrechamento e recomposição dos arcos.

O aqueduto de Candelária fica na localidade conhecida como Linha Curitiba, adjacente ao município. Foi construído pelo colono alemão João Kochenborger para abastecer, com a água de um açude, uma propriedade rural e um moinho para beneficiamento de madeira, moagem de milho e trigo e cancheamento da erva-mate — processamento do chimarrão —, entre outras atividades. Com cerca de 330 metros de comprimento e três de altura, a construção é constituída por uma série de arcos, em alvenaria de tijolos, e necessita de reparos com urgência.

Pelo acordo firmado em janeiro passado com a Prefeitura de Candelária, caberá ao órgão municipal o fornecimento de material e mão-de-obra, enquanto o assessoramento técnico será prestado pelos técnicos da SPHAN/próMemória.

Diamantina: Terra e Tempo

A SPHAN/próMemória, através da 7ª Diretoria Regional e do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, e a Universidade Federal de Minas Gerais, por intermédio do Centro Audiovisual, promoveram, em abril, a exposição "Diamantina: Terra e Tempo", em comemoração aos 150 anos de criação da cidade. A mostra, montada no Museu do Diamante, faz parte de um trabalho mais amplo de preservação urbana que a SPHAN/próMemória vem desenvolvendo naquele núcleo histórico.

A exposição mostra a evolução do conjunto urbano de Diamantina, através de fotografias datadas do período entre 1910 a 1940. Comparativamente, foram apresentadas fotos contemporâneas, captadas dos mesmos ângulos, possibilitando o confronto de épocas distintas e a observação das transformações sofridas pela cidade nas últimas décadas.

"Diamantina: Terra e Tempo" foi viabilizada pela pesquisa "Memória Histórico-Fotográfica de Minas Gerais — 1870/1930", desenvolvida pelo Centro Audiovisual da UFMG e Centro de Estudos Culturais da Fundação João Pinheiro, com o objetivo de recuperar a memória visual mineira na passagem do século, a partir do levantamento, pesquisa, preservação e arquivamento de registros fotográficos de época, em todas as regiões mineiras.

Segundo a arquiteta Lívia Romanelli, da 7ª DR da SPHAN/próMemória, "as fotografias do acerco hurbano — antigas e novas, tiradas exatamente dos mesmos ângulos — atingiram o alvo que queríamos: ninguém saiu impassível da exposição". Foi colocada uma urna para que os visitantes registrassem "as impressões que as fotografias causaram". A idéia foi muito elogiada e a exposição considerada a melhor que a Diamantina já viu.

Doação

O Museu Imperial, localizado em Petrópolis (RJ), recebeu do IRB — Instituto de Resseguros do Brasil, a doação de 1 milhão e quinhentos mil cruzados, que serão aplicados em publicações comemorativas sobre o centenário da Lei Áurea. A doação, segundo o Presidente do IRB, Ronaldo do Vale Simões, foi motivada pelo aumento crescente das atividades culturais promovidas pelo Museu Imperial.

Outro benefício obtido por aquela unidade da SPHAN/próMemória, também com base na Lei Sarney, foi o patrocínio, junto à Kodak, de noventa ampliações em branco e preto, que fazem parte da exposição sobre a Abolição, aberta ao público no dia 13 de maio.

REVISTA DO PATRIMÔNIO
Histórico e Artístico Nacional

Já está sendo comercializado o número 22 da *Revista do Patrimônio*, que traz um balanço crítico dos cinqüenta anos de trabalho completados em janeiro de 1987 pela SPHAN, em prol da preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

A Revista — que nasceu junto com o antigo Serviço do Patrimônio, em 1937 — promove ainda, nesta edição, um debate sobre a relação Estado e Cultura, com ensaios sobre vários assuntos, incluindo Lei Sarney, e analisa aspectos da política de preservação, como o tombamento, passando por patrimônio edificado, bens móveis, patrimônio arqueológico e natural.

Com 254 páginas, a *Revista do Patrimônio* nº 22, que custa Cz$ 1.200,00, teve sua impressão patrocinada pelo grupo empresarial ENGEFAB/Aços Pavuna e pode ser adquirida nos museus e diretorias regionais da SPHAN/próMemória. Maiores informações podem ser obtidas no Núcleo de Editoração da SPHAN/próMemória — Av. Rio Branco, 46 — 2º andar, no Rio de Janeiro (RJ) — ou através dos fones (021) 253-2938 e 296-5115, ramal 221.

NOTICIÁRIO

90 anos do cinema brasileiro

A Cinemateca Brasileira, unidade da SPHAN/prόMemória localizada em São Paulo (SP), já tem definidas suas peças de divulgação e promoção dos 90 Anos do Cinema Brasileiro, a serem comemorados em junho desse ano.

Juntamente com o Clube de Criação de São Paulo, a Cinemateca promoveu um concurso nacional para a escolha de cartaz, logotipo e vinheta institucional para veiculação em televisão. Participaram do concurso, cujas inscrições se encerraram no dia 7 de março, 148 projetos apresentados por publicitários, desenhistas, *designers* e estudantes de São Paulo, Rio de Janeiro Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Os prêmios de 100 mil cruzados para cada modalidade do concurso foram disputados por 76 cartazes, 49 logotipos e 23 vinhetas.

No último dia 16, uma comissão julgadora, formada por Gilberto dos Reis, presidente do Clube de Criação de São Paulo, Rubens Ewald Filho, jornalista e crítico de cinema, Adílson Ferrari, diretor de arte da MPM, Aloysio Raulino, cineasta, e Carlos Augusto Calil, diretor executivo da Cinemateca Brasileira, premiou o cartaz e o logotipo criados pelo publicitário paulista Paulo Geraldo Pretti e a vinheta de autoria dos animadores Aída Queiroz e Renato Aroeira, do Rio de Janeiro.

Paulo Geraldo Pretti, 26 anos, premiado duplamente por sua criação para cartaz e logotipo, é diretor de arte da agência de propaganda MCP-Marques da Costa Propaganda. Paulo também foi vencedor de vários Prêmios Colunistas, nas modalidades de anúncio, embalagem e perfil.

Aída Queiroz, 28 anos, e Renato Aroeira, 34 anos, dividirão o prêmio de 100 mil cruzados pela co-autoria da vinheta para televisão. Os dois fazem parte da nova geração de animadores brasileiros surgidos a partir do Núcleo de Animação, criado em 1984 na Embrafilme com o apoio do National Film Board do Canadá. Aída dirigiu o curta-metragem *Noturno,* vencedor do prêmio Coral Negro do Festival de Havana em 1986, e Renato, além de animador, foi cartunista e chargista dos jornais *Diário da Tarde,* de Minas Gerais, e *O Globo,* do Rio de Janeiro.

Brevemente, essas peças escolhidas no concurso serão divulgadas por



todo o Brasil. Além de serem amplamente utilizadas numa campanha de valorização e preservação do Cinema Brasileiro, as peças também acompanharão os diversos projetos que a Cinemateca pretende organizar para esses 90 anos (Mostra Oscarito e Grande Otelo, Ciclo Gláuber Rocha nas TVs Educativas, edição do livro *Eva Nil — A Diva do Cinema Silencioso,* entre outros).

Cinemateca recebe equipamento

A Cinemateca Brasileira recebeu da empresa carioca Líder Cine Laboratórios Ltda. a doação de máquinas de revelação e copiagem, o que permitirá o aprimoramento dos trabalhos de preservação de peças cinematográficas.

Por terem capacidade de revelação muito lenta — são do tipo utilizado a bordo dos navios que documentavam as batalhas do Pacífico, por ocasião da Segunda Grande Guerra —, as máquinas satisfazem plenamente as necessidades, já que possibilitam, ainda durante a revelação, a verificação da qualidade da restauração dos fotogramas.

O equipamento abre novas perspectivas para os trabalhos da Cinemateca que, nos últimos dez anos, restaurou aproximadamente 400 mil metros de filmes. Entre essas obras, destacam-se clássicos nacionais e estrangeiros como *Vidas Secas, Deus e o Diabo na Terra do Sol, Depois da Tempestade* e *Princesa de Improviso.*



"A Gravura de Segall"

Aconteceu no dia 14 de abril, no Museu Lasar Segall, em São Paulo (SP), o lançamento do livro *A Gravura de Lasar Segall,* que reúne toda a obra gráfica do artista, incluindo gravura, xilogravura e litogravura.

Constituído por 183 páginas, ilustradas com 242 fotos em branco e preto de todos os trabalhos do gênero realizados por Lasar Segall, o livro teve tiragem de 3.000 exemplares e seu projeto envolveu a participação de quatro técnicos do Museu.

A Gravura de Lasar Segall, cujo projeto gráfico é da artista plástica Diana Mindlin, foi patrocinado pela Metal Leve S.A.

Inventário no Pará

A 1ª Diretoria Regional da SPHAN/prόMemória, sediada no Pará, concluiu recentemente o inventário de bens móveis relativo às igrejas tombadas nas cidades de Belém e Vigia, de acordo com a metodologia estabelecida pelo programa de inventários desenvolvido pela Instituição.

Foram inventariadas nove igrejas, num total de 253 peças, entre imaginária e alfaias, sendo que, no caso das imagens, foi procedido também um tratamento preliminar de limpeza, imunização, aplicação de verniz protetor, fixação de pintura e prospecções.

Durante o trabalho, a equipe, formada por dois restauradores, uma fotógrafa e um museólogo, realizou prospecção na capela-mor da Igreja de São João Batista, em Belém, constatando a existência de pintura original do retábulo, que corresponde ao risco de Antônio José Landi, arquiteto do século XVIII. A retirada da repintura do retábulo deverá ser executada na seqüência dos trabalhos e exigirá a remoção do altar neogótico, de madeira, existente na capela.

Cartas

"Resido em uma cidade que teve sua origem na colonização portuguesa e que foi cognominada "Tranqueira Invicta", por jamais ter sido tomada por espanhóis ou índios. Esta origem portuguesa determinou a existência de um patrimônio arquitetônico caracterizado pela presença de construções de estilo português colonial, que formavam belíssimo conjunto. Com o passar do tempo, surgiu uma estranha concepção de progresso, baseada na destruição do velho para dar lugar ao novo. Atualmente, estamos empenhados em um movimento preservacionista chamado "SOS-Rio Pardo", para tentar salvar o que restou. Recentemente lemos o Boletim SPHAN/próMemória *e encontramos ali informações valiosas para embasar nossas atividades preservacionistas.*

Pelo exposto, quero justificar o pedido de uma assinatura do Boletim."

— Professora Sílvia Maria Wigner de Barros — Rio Pardo (RS).

"Em relação à matéria publicada no Boletim SPHAN/próMemória n.º 40, *relativa ao Projeto SIAM, gostaria de esclarecer que a conceituação, metodologia e desenvolvimento inicial deste projeto são de minha autoria, assessorada pela museóloga Adalgisa Maria bonfim d'Eça. À empresa RIOPLAN coube o desenvolvimento do programa de informática. Ao assumir a Chefia de Gabinete, a convite do então Presidente desta casa, em maio de 1987, continuei como Coordenadora interina até julho do mesmo ano, deixando o projeto em franco desenvolvimento, com a documentação de vários museus já processada. Acrescento, ainda, que em agosto de 1987 recebi convite da OEA, para apresentar — na qualidade de autora do projeto e representante da PróMemória — o projeto SIAM em Seminário Latino-Americano realizado em Bogotá."*

— Margarida Ramos — Coord. Seminário sobre os Museus Nacionais.

"Primeiramente gostaria de parabenizá-los pela excelente qualidade dos Boletins *publicados pela SPHAN/próMemória. Tenho em minhas mãos o de n.º 39, que fala do patrimônio deixado pelos imigrantes em Santa Catarina. Parabéns ! Como estudante de arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina e fotógrafo profissional, acabei de desenvolver trabalho fotográfico junto ao Escritório Técnico de Florianópolis, com o arquiteto responsável, Dalmo Vieira filho, intitulado "Igrejas do Litoral de Santa Catarina". Gostaria de colocar-me à disposição para eventuais serviços ou colaborações que possam ocorrer, com relação a reportagens na região de Santa Catarina. Cabe salientar que também exerço funções de repórter na revista* Inside Surf, *de Santa Catarina — reportagens ecológicas, turísticas, etc. Na certeza de que é divulgando o nosso patrimônio e nossas belezas naturais que construiremos um futuro com bases mais sólidas, despeço-me."*

— André Freyesleben Ferreira — Florianópolis (SC).

"Em primeiro lugar quero agradecer a atenção recebida de vocês, pois tenho em mãos três números do Boletim SPHAN/próMemória. *Aproveito a oportunidade para elogiar a qualidade do trabalho, das reportagens. Gostaria de pedir mais um favor, se possível: que me fosse enviado mais um número do* Boletim. *Sou jornalista e me sinto feliz em expandir entre amigos um trabalho tão interessante. Comecei a receber o* Boletim *a partir do número 38, o último foi o 40. Haverá possibilidade de receber os números anteriores? Desde já agradeço a atenção dispensada."*

— Ivete Oliveira de Assis — Brasília (DF).

"A Fundação Franklin Cascaes foi criada em junho de 1987, em substituição ao Departamento de Cultura da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Município de Florianópolis, sendo atualmente o órgão de administração cultural de nossa cidade. Isto exposto, gostaríamos de solicitar que os Boletins *dessa Fundação fossem enviados para o novo endereço."*

— Isnard Mello de Azevedo — Coordenador Geral — Florianópolis (SC).

"Vimos solicitar a doação do Boletim SPHAN/próMemória, *que nos será de enorme valia."*

— Maria Sônia Imai — Biblioteca Leide das Neves Ferreira — Goiânia (GO).

N.R. — A equipe do *Boletim SPHAN/próMemória* agradece a correspondência enviada pelos leitores, comprometendo-se em atender a todas as solicitações.

Registro

Vale a pena registrar que as fotos publicadas no último *Boletim* — n.º 40 —, páginas 1, 3 e 4, foram realizadas por Altino Barbosa Caldeira, arquiteto responsável pelo Escritório Técnico da *SPHAN/próMemoria*, em Mariana (MG).

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA CULTURA
Celso Furtado

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA
Oswaldo de Campos Melo

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO
Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinicius De Lamônica Freire
Francisco Cereto

REVISÃO
Sylvio Clemente da Motta

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier e Gioietta Timóteo

PESQUISA E EXPEDIÇÃO
Geisa Martins